



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICASA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, JORNALISMO E SERVIÇO SOCIAL

LÍVIA ROCHA QUEIROZ FAGUNDES

MULHER E MONOPARENTALIDADE:
UM ESTUDO SOBRE A CHEFIA FEMININA E AS RELAÇÕES DE TRABALHO

MARIANA

2017

LÍVIA ROCHA QUEIROZ FAGUNDES

MULHER E MONOPARENTALIDADE:

UM ESTUDO SOBRE A CHEFIA FEMININA E AS RELAÇÕES DE TRABALHO

Trabalho de conclusão de Curso de graduação apresentado á Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial, para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Esdras Tavares de Oliveira

Mariana

2017

F156m Fagundes, Livia Rocha Queiroz.
Mulher e monoparentalidade [manuscrito]: um estudo sobre a chefia
feminina e as relações de trabalho / Livia Rocha Queiroz Fagundes. - 2017.

52f.: il.: color; graf.

Orientador: Prof. Me. Esdras Tavares de Oliveira.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de
Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e
Serviço Social.

1. Trabalho e trabalhadores - Teses. 2. Família - Teses. 3. Gênero - Teses.
4. Chefia - Teses. 5. Trabalho feminino - Teses. I. Oliveira, Esdras Tavares de.
II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 305

Catálogo: ficha@sisbin.ufop.br

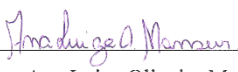
“MULHER E MONOPARENTALIDADE: UM ESTUDO SOBRE A CHEFIA
FEMININA E AS RELAÇÕES DE TRABALHO”

Lívia Rocha Queiroz Fagundes

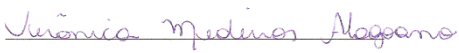
ORIENTADOR (A): Esdras Tavares de Oliveira

Trabalho de Conclusão de Curso submetida ao curso de Serviço Social da Universidade
Federal de Ouro Preto – UFOP, como parte dos requisitos necessários à obtenção do
título de bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: 04/04/2017



Ana Luiza Oliveira Mansur



Verônica Medeiros Alagoano



Isis Silva Roza



Esdras Tavares de Oliveira

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as mulheres, mães e trabalhadoras que lutam todos os dias para suprirem as necessidades de suas famílias e que sofrem com o preconceito e discriminação de uma sociedade ainda patriarcal e por esse sistema capitalista que por sua vez explora a mão de obra feminina.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela minha vida, por iluminar meu caminho, e proporcionar sabedoria e conhecimento para seguir em frente.

A minha família por ser meu suporte e acolhida nos tempos difíceis e também felizes. Em especial a minha mãe, por ser meu porto seguro nos momentos em que mais precisei e principalmente por nunca me deixar perder a esperança e por sempre me incentivar e me fazer acreditar que eu posso realizar todos os meus sonhos e que tudo dará certo. Agradeço a minha irmã por ser minha melhor amiga e companheira de vida e por estar sempre presente em todos os momentos da minha vida.

Agradeço imensamente ao meu orientador Esdras, primeiramente pela amizade e carinho que construímos, por todo os ensinamentos durante a graduação e por me proporcionar todo o suporte necessário para a elaboração da pesquisa

Á equipe do PTTS, por todo os ensinamentos durante o período de estágio, em especial a minha supervisora Ana Luiza pela amizade.

Á todos eu dedico esta vitória!

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar o processo histórico de luta e inserção da mulher no mercado de trabalho, tendo como foco a chefia feminina nas famílias monoparentais. O processo de transformação da mulher que antes somente se inseria na família, como boa esposa e boa mãe passa a sofrer diversas mudanças. Muitos foram os fatores que influenciaram esta mudança, como a inserção, principalmente da mulher branca no mercado de trabalho e as conquistas advindas da luta do movimento feminista, por exemplo. Tais mudanças trouxeram consigo um grande impacto sobre o papel da mulher na família, especialmente na família monoparental feminina que será o foco desta pesquisa. Com efeito, este estudo baseia-se em uma pesquisa bibliográfica de diversos autores que trabalham com o tema escolhido. Utilizando artigos científicos, livros, entre outros, pretende-se conhecer a realidade dessas mulheres chefes de família no Brasil. A pesquisa trará consigo a abordagem das relações de sexo/gênero, família e trabalho, trazendo também a análise de dados secundários sobre o tema.

Palavras-chave: Trabalho, Família, Gênero, Chefia, Trabalho feminino

ABSTRACT

This research aims to analyze the historical process of struggle and insertion of women in the labor market, focusing on the female leadership in single - parent families. The process of transformation of the woman who previously only inserted in the family, like good wife and good mother undergoes several changes. Many factors influenced this change, such as the insertion, especially of the white woman in the labor market and the achievements of the struggle of the feminist movement, for example. Such changes have brought about a major impact on the role of women in the family, especially in the single-parent female family that will be the focus of this research. In fact, this study is based on a bibliographical research of several authors that work with the chosen theme. Using scientific articles, books, among others, we intend to know the reality of these female heads of families in Brazil. The research will bring with it the approach of sex / gender relations, family and work, also bringing the analysis of secondary data on the subject

Keywords: Work, Family, Gender, Female leadership, Work female.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Proporção de famílias chefiadas por mulheres.....	43
Gráfico 2: Número do crescimento da chefia feminina.....	44
Gráfico 3: População maior de 16 que faz tarefas domésticas.....	44
Gráfico 4: Afazeres domésticos: média de horas semanais.....	45
Gráfico 5: População ocupada, por tipo de atividade e gênero.....	45

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	10
2.O TRABALHO E AS RELAÇÕES DE SEXO /GÊNERO.....	12
2.1 A dimensão ontológica do trabalho.....	12
2.2 A divisão sexual do trabalho e as relações de sexo/gênero.....	15
2.3 O trabalho da mulher no Brasil.....	21
3. A CHEFIA FEMININA NAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS NO BRASIL	29
3.1 Constituição da família.....	29
3.2 Os novos arranjos familiares e a monoparentalidade.....	35
3.3 As famílias monoparentais chefiadas por mulheres no brasil e as relações de trabalho.....	40
4.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	49

1. INTRODUÇÃO

Para Marx (1985), a sociedade se constrói através das relações sociais que os indivíduos estabelecem entre si ao transformar a natureza. O desenvolvimento dessa sociedade está diretamente ligado ao desenvolver de suas forças produtivas que em um determinado momento entra em conflito com as relações de produção. O mundo do trabalho é pautado nas relações sociais, e é através dele que começaremos a pesquisa aqui proposta, entendendo esta atividade como fundante do ser social. Trataremos aqui de refletir sobre o processo do trabalho e, conseqüentemente, as relações de sexo e gênero que se dão através da divisão sexual do trabalho. Cabe aqui destacar que colocaremos em foco o papel da mulher na sociedade, principalmente como chefe de família, inserida no modelo familiar monoparental, modelo este que crescido consideravelmente no Brasil, trataremos também do processo histórico de lutas, inserção no mercado de trabalho e seu papel na família brasileira.

O interesse em pesquisar sobre este tema já permeava minhas ideias há algum tempo, convivo em uma família monoparental feminina, tendo minha mãe como chefe de família. Essa é uma realidade que conheço há alguns anos e com o ingresso no curso de Serviço Social o interesse em me aprofundar mais sobre o assunto cresceu. Assim que ingressei como estagiária no setor habitacional do município de Ouro Preto, a partir da aproximação com as usuárias da política de habitação, pude perceber o grande número de mulheres que chefiam suas famílias, e como o trabalho impacta na vida destas mulheres e de seus entes. Decidi, então, pesquisar sobre o assunto, visto que é um tema que tem ganhado espaço, além de ser de suma importância para a nossa sociedade voltar os olhos para este processo social. A ideia principal era estudar todo este processo, dando ênfase ao município de Ouro Preto – MG, onde seriam realizadas pesquisas sobre o número de mulheres chefes de família e entrevistas, porém devido ao tempo hábil para elaboração do trabalho infelizmente este processo não pode ser feito.

Para este estudo foi realizada uma vasta pesquisa bibliográfica, sendo utilizados diversos autores, dentre eles: Marx (1985), Helena Hirata (2006), Netto e Braz (2007), dentre outros. O estudo é baseado em uma pesquisa bibliográfica de publicações de diversos autores que trabalham com o tema escolhido. Utilizando também de artigos científicos, livros, entre outros. Assim, pude desenvolver essa pesquisa traçando a trajetória do trabalho, o desenvolvimento e transformação da mulher na sociedade, a

formação e mudanças da família, bem como o fenômeno da chefia feminina e suas relações de trabalho.

O primeiro capítulo abordará o trabalho e a relações de sexo/gênero trazendo a concepção do trabalho, através da teoria social de Marx, assim como o processo de construção do indivíduo como ser social, bem como o desenvolvimento de suas relações sociais. Além disso também será discutida a divisão sexual do trabalho, contextualizando a divisão social do trabalho e as relações de sexo/gênero entre homens e mulheres, trazendo os papéis impostos pela sociedade de como homens e mulheres devem se inserir na sociedade, de forma a abordar a desigualdade entre homens e mulheres. Em seguida encerramos o capítulo com a inserção da mulher no mercado de trabalho, trazendo todo o processo de luta das mesmas.

O segundo capítulo aborda o processo de constituição da família e a chefia feminina, que versará sobre o processo histórico de formação da família, os novos arranjos familiares, dentre eles a monoparentalidade feminina, e o crescente número da chefia feminina. Percorrido todo este caminho, efetua-se a análise de dados secundários, buscando as devidas respostas aos questionamentos que se impuseram ao tema pesquisado.

2. O TRABALHO E AS RELAÇÕES DE SEXO/GÊNERO

2.1 A dimensão ontológica do trabalho

Para refletirmos acerca da dimensão ontológica do trabalho é necessária uma breve reflexão sobre as discussões marxianas acerca do assunto. Segundo Marx (1985), antes de considerar o processo de trabalho como uma forma social na qual se produz valor, o trabalho deve ser considerado como um meio de transformação da natureza pelas mãos do indivíduo. O trabalho é historicamente determinado e a partir dele, ou seja, do seu processo, que o sujeito passa a produzir a vida material, superando seus limites naturais. Neste sentido,

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. (MARX, 1985, p.149.)

Entende-se através da afirmação de Marx (1985), que o trabalho é um processo que se dá entre o sujeito e a natureza, em que o indivíduo busca controlar sua relação com a mesma. Segundo Lessa (2007), não é possível a reprodução social sem a transformação da natureza pelo sujeito. Qualquer tipo de sociedade não se materializa sem a natureza, pois ela é anterior a qualquer tipo de sociedade, e sem ela não é possível a reprodução social. A partir disso entendemos que,

O que varia historicamente é a modalidade de organização dos homens para transformarem a natureza: variam, ao longo da história, os objetos produzidos a partir dos elementos naturais, bem como os meios empregados nessa transformação; mas permanece o fato de que a reprodução da sociedade depende da existência da natureza. Isto continua sendo válido mesmo para a sociedade capitalista mais avançada no preciso sentido de que, sem a transformação da natureza o capital produzido ou valorizado pela exploração do trabalho abstrato não poderia sequer existir. (LESSA, 2007, p. 65)

Através desta afirmação, vimos que a natureza é imprescindível para a sociedade. O que varia é o processo de transformação utilizado pelo homem ao longo do tempo. Ainda de acordo com o estudioso, enquanto na natureza a reprodução biológica é o único processo que determina o desenvolvimento dos seres vivos, nas sociedades existentes para haver de fato a reprodução dos indivíduos faz-se necessário um processo que inclui diversas condições que não existem na natureza, como lutas de classe, ideologias, trabalho

entre outros.

A partir deste contexto, entendemos que a sociedade requer complexos superiores à natureza. É preciso transformar essa última para assim moldar as necessidades do homem. Para que este processo de transformação – ou de trabalho propriamente dito – ocorra é necessária uma prévia ideação no qual o homem utiliza de sua capacidade teleológica para transformar a natureza, a fim de atender uma necessidade humana. Este é um mecanismo que promove não só a transformação da natureza, mas também do próprio indivíduo. Dessa forma,

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente. (MARX, 1985a, p.149-150)

Através da afirmação acima é possível entender a particularidade dessa atividade denominada trabalho, que cria valores gerando riqueza. De acordo com Braz e Netto (2006), o trabalho utiliza de instrumentos para seu desenvolvimento, assim como habilidades e conhecimentos que são adquiridos através das experiências vividas pelo homem. Com efeito, o trabalho é a relação do sujeito com o objeto (natureza) de forma que o ser humano realiza uma projeção em sua mente para concretizar uma determinada atividade.

De acordo com Lessa (2007), não basta apenas inserir na natureza qualquer objetivação projetada pelo homem. É necessário, pois, que se desenvolvam as potências adormecidas da natureza e que elas se tornem sujeitas a um jogo de forças impulsionadas diante de determinada finalidade humana. As necessidades do sujeito apenas podem ser concretizadas se a transformação almejada for compatível com as determinações ontológicas da natureza.

Neste sentido, o sujeito cria suas próprias necessidades e utiliza da natureza para satisfazê-las. Entendendo o movimento de projeção e objetivação do trabalho é necessário esclarecer:

Entretanto, se essa prefiguração (ou, no dizer de Lukács, essa *prévia ideação*) é indispensável a efetivação do trabalho, ela em absoluto o realiza: *a realização do trabalho só se dá quando essa prefiguração ideal se objetiva, isto é, quando a matéria natural, pela ação material do sujeito, é transformada*. O trabalho implica, pois, um movimento indissociável em dois planos: num plano *subjetivo* (pois a prefiguração se processa no âmbito do sujeito) e num plano *objetivo* (que resulta na transformação material da natureza); assim a realização do trabalho constitui uma objetivação do sujeito que o efetua. (BRAZ, NETTO, 2006, p. 32)

É necessário que o sujeito compreenda as propriedades da natureza, pois não basta somente projetar e idealizar, mas, sim, que se efetive a prévia ideação no mundo concreto. O trabalho não se desenvolve como uma atividade isolada, mas, sim, coletiva, com funções determinadas, divisão de tarefas e transmissão de conhecimentos.

Em conformidade com Braz e Netto (2006), o processo de trabalho compreende mais que a relação entre o sujeito e a natureza, implicando na interação entre os indivíduos de forma a fundar a sociedade. Como já foi dito, o trabalho realizado pelo homem que transforma a natureza também implica na transformação de si próprio e dos outros, seus pares, possibilitando o aparecimento do ser social.

Já ficou explícito que a sociedade está diretamente ligada a natureza, e é através de sua transformação que a sociedade passa a existir. Segundo Braz e Netto (2006) o ser social vive e existe em constante inteiração com a sociedade e seus membros. É uma espécie que se transformou em algo diverso da natureza através do trabalho distinguiu-se do ser natural – porém sem deixá-lo completamente – tornando-se racional. Suas necessidades são, assim, eminentemente sociais. Acerca deste fato cabe destacar que:

A fome é a sinalização natural de que o organismo necessita de insumos (calóricos, proteicos) para a continuidade de seu funcionamento. Sob esse aspecto, a fome de um homem não se distingue da fome de um cão. Entretanto, a satisfação da fome humana radicalmente distinta da satisfação da fome animal (natural): implica procedimentos da transformação do insumo (alimento), implica valores e rituais.

Um cão faminto recolherá seu alimento onde e sob a forma que o encontrar; o comportamento do leitor deste livro, quando estiver com fome, será inteiramente diverso – certamente só satisfará sob condições muito precisas, historicamente determinadas (alimento preparado, garantia de higiene, padrões de gosto e prazer etc). Sem a satisfação da fome, ou seja: da necessidade natural de se alimentar, os homens e os animais não podem viver – mas o atendimento dessa necessidade, entre os homens, é rigorosamente social. (BRAZ, NETTO, 2006, p. 38)

A partir desta afirmação, entendemos que o ser social se distingue pelo processo de humanização, quanto mais ele se humaniza passa cada vez menos a ter o ser natural como determinante em sua vida. Segundo Braz e Netto (2006), o processo de humanização diz respeito às diversas objetivações do ser social, como a filosofia, a arte, a ciência, entre outros.

De acordo com Oliveira (2010) afirma que o trabalho que distingue o sujeito do animal a partir do momento que eles iniciam a produção dos seus meios de vida. O trabalho é uma dimensão ineliminável da vida humana, ou seja uma dimensão ontológica fundamental, pois é através dele que o homem cria, livre e conscientemente sua realidade,

permitindo-o sair de sua mera existência orgânica para a sociabilidade.

Deve-se compreender que o homem possui a capacidade potencial de realizar-se como ser livre e universal, ao efetivar-se, no curso histórico, e, ao mesmo tempo, dar novos rumos à sua existência. Isso quer dizer que o homem está em um constante processo de auto-construção, tanto em sua dimensão subjetiva quanto intersubjetiva, possibilitada por sua atividade essencial, o trabalho. (OLIVEIRA, 2010, p75)

Em conformidade com o autor, compreende-se que o sujeito possui a capacidade potencial de realizar-se como ser livre e universal, efetivando-se no curso histórico, e também dando novos rumos à sua existência. Isso quer dizer que o sujeito está em um constante processo de autoconstrução, tanto em sua dimensão subjetiva quanto intersubjetiva, possibilitada por sua atividade essencial, o trabalho. É por meio do trabalho, delimitada como vital é que o homem objetiva o seu espírito no mundo e materializa em objetos suas inquietações, ideias e sentimentos, a partir disso surge os bens materiais necessários à sua existência, bem como toda a riqueza social.

Sendo assim, o indivíduo modifica a sua realidade natural e, ao modificá-la, cria uma nova realidade, da qual todos os outros indivíduos usufruem, desenvolvendo assim um feixe de relações sociais. “É nessa relação com a natureza e os demais homens, mediada pelo trabalho, que o ser humano constrói sociedades, reconfigura a história e, simultaneamente, molda a sua essência.” (OLIVEIRA, 2010, p. 75)

2.2 A divisão sexual do trabalho e as relações de sexo/gênero

Como foi dito anteriormente, de acordo com Marx (1985), a sociedade se constrói através das relações sociais que os homens estabelecem entre si ao transformar a natureza. Segundo o estudioso, o desenvolvimento dessa sociedade está diretamente ligado ao desenvolver de suas forças produtivas que em um determinado momento entra em conflito com as relações de produção. É nesta expansão das forças produtivas que se encontra a divisão social do trabalho e a formação das classes sociais.

Foi identificando a forma como os homens produzem seus meios de vida que Marx chegou à conclusão que estes estabelecem relações sociais baseadas nas condições materiais de sua existência. E ainda, que o estudo de qualquer sociedade pressupõe como ponto de partida, as relações sociais que os homens estabelecem entre si para utilizar os meios de produção e transformar a natureza (CAETANO, 2011, p.4)

Marx (1985) classifica a divisão social do trabalho como um meio de alcançar a produção de mercadorias e também a divisão de tarefas entre os indivíduos de uma sociedade. Marx nos traz a ideia que a sociedade está dividida em classes, tendo elas suas formas de organização e especificidades, estando sempre submetidas a um modo de produção. Característica de todas as sociedades, a divisão social do trabalho sempre existiu sendo conformada pela divisão dos meios de produção e da força de trabalho. Desde as sociedades tradicionais, a divisão do trabalho já ocorria. Era ela marcada não só pelo sexo (homens e mulheres), mas também entre os idosos e crianças sendo, então, sucedidas pela divisão das atividades como a agricultura, o artesanato e o comércio.

Com efeito, a divisão social do trabalho está também atrelada a uma divisão sexual do trabalho. Esta última mostra-se capaz de denunciar as diferentes tarefas e ocupações existentes entre homens e mulheres. A mulher, a partir de um processo socialmente constituído, destina-se ao espaço privado, ou seja, ao lar e o homem ao espaço público, destinado ao mercado de trabalho.

A divisão sexual do trabalho — que não se trata de uma categoria separada da noção de divisão social e técnica do trabalho — existe para organizar o trabalho de homens e mulheres na estrutura social. Isso equivale dizer que, socialmente, se configura um arranjo de competências e atribuições que pertencem ao gênero feminino, e outro arranjo de funções que pertencem ao gênero masculino. (CARLOTO,GOMES, 2011,p 131)

Segundo Carloto e Gomes (2011) a divisão sexual do trabalho se expressa através das relações de poder entre homens e mulheres, porém esta relação se dá de forma completamente desigual, trazendo a subordinação da mulher perante ao homem e a sociedade. Uma relação que se construiu e se perpetua socialmente e historicamente nas mais diferentes regiões do globo terrestre.

Entendemos por divisão sexual a designação imposta aos homens e mulheres dentro da sociedade, colocando o ser masculino dentro da esfera produtiva e o ser feminino na esfera reprodutiva. O homem está sempre atuando em papéis de maior valor social e a mulher encontra-se sempre em situação de inferioridade. Sendo assim,

Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados

que remetem ao destino natural da espécie. (KERGOAT, HIRATA, 2007, p. 599)

Podemos concluir que a divisão sexual do trabalho é uma categoria utilizada para indicar a destinação e execução de tarefas distintas para homens e mulheres, mas essa categoria tem que ser pensada para além de uma simples divisão de tarefas doméstica, ela “implica uma diferenciação de funções com distribuição assimétrica do controle, da hierarquia, da qualificação, da carreira e do salário” (CRUZ, 2008, p.56)

Nesse sentido, ainda de acordo com Kergoat e Hirata (2007), o gênero faz parte das relações sociais baseadas na diferenciação entre os sexos o que também explicita uma relação de poder entre eles. As opressões das mulheres, tanto pela submissão ao homem quanto pela divisão sexual do trabalho, levam-nas ao lugar de invisibilidade social.

A divisão sexual do trabalho surge primeiramente dentro da família. A mulher cabia o papel de cuidar da casa, do serviço doméstico, devendo também procriar, enquanto o homem era o provedor do lar. Como desdobramento desse processo socialmente construído, de acordo com Carlotto e Gomes (2011), a imagem da mulher configurou-se em cima do papel materno e conjugal, tendo uma forte vinculação com o trabalho doméstico e a família. Visto a partir de uma sociedade patriarcal, o papel da mulher é de certa forma irrelevante, porém essencial dentro desta sociedade. Desta forma,

As práticas sociais das mulheres estruturaram-se em torno da imagem materna e conjugal, assim como o trabalho feminino teve sua vinculação direta à esfera doméstica, à família e à produção dos cuidados; funções que, na ordem patriarcal, assumem um status inferior na construção da sociedade e, por isso, invisibilizados, enquanto atividades de relevância econômica. É importante salientar que os cuidados e a reprodução são reconhecidos enquanto práticas essenciais à existência e à sobrevivência humana. A questão é que se tornou um papel “sexualizado”, no qual a mulher apresenta uma habilidade natural, movida pelo afeto e pelo amor, por isso não pode ser elevado à categoria de trabalho ou de atividade fundamental à economia, visto que se trata de algo quase “instintivo”. Esta imagem construída do trabalho doméstico segmentou as mulheres a uma esfera invisível, excluindo-as como sujeitos da história. (CARLOTO, GOMES, 2011, p. 133-134)

Por conseguinte, a mulher foi condicionada e carregou durante anos o papel socialmente imposto de cuidar da casa, estando submetida ao trabalho doméstico. Nesse sentido, foi inferiorizada intelectualmente e fisicamente. Esta cultura patriarcal condicionou a mulher aos cuidados com os filhos e com a casa.

Segundo Guedes e Souza (2016), a divisão sexual do trabalho provém destas relações de sexo, sendo moldada historicamente e socialmente. A relação social de sexo

fez com que as mulheres se limitassem a esfera reprodutiva e ao homem a esfera produtiva. Estas relações entre homens e mulheres sempre se mostrou de forma hierarquizada, desigual e principalmente opressora.

Ainda em conformidade com as autoras Guedes e Souza (2016), principalmente dentro da sociedade capitalista, cabia a mulher a função de cuidar do lar e da família. A ela era atribuído o trabalho doméstico, com o discurso de que as mulheres nascem com o “dom” de cuidar. Essa atribuição do cuidado à mulher, aprisionou-a ao espaço privado. Mesmo, posteriormente, com o seu forte ingresso no mercado de trabalho, a mulher continuou em desvantagem em relação ao homem, tanto na sua atuação na esfera econômica como na social.

O ingresso das mulheres no mundo econômico não equilibra as funções atribuídas aos sexos, ao contrário, reforça as desvantagens vividas pelas mulheres que atualmente compartilham com os homens, de forma equânime ou não, a provisão financeira da família juntamente com a responsabilidade da esfera reprodutiva. A saída do lar e as conquistas cada vez mais visíveis no âmbito público representaram uma revolução incompleta, uma vez que as mulheres ainda assumem praticamente sozinhas as atividades do espaço privado, o que perpetua uma desigual e desfavorável divisão sexual do trabalho para elas. (GUEDES, SOUZA, 2016, p.125)

Percebemos, a partir desta afirmação, que a inserção no mercado de trabalho não equacionou a desigualdade entre homens e mulheres, o que era para ser um mecanismo que as levasse a um patamar igualitário, não se concretizou de fato, a afirmação nos revela que a dominação masculina ainda permaneceu sobre as mulheres, pois, além de trabalhar continuava sob a responsabilidade da mulher as tarefas domésticas, sem falar na opressão e discriminação que as mulheres sofrem até os dias atuais no universo trabalhista.

Segundo Rago (2013), o avanço do processo de industrialização no século XIX fez com que as mulheres comesçassem a se inserir nas indústrias, tornando-se parte do trabalho produtivo, porém a mão de obra feminina era desvalorizada em relação a dos homens, a mão de obra feminina era de fato mais barata para as indústrias. Dentro das indústrias as mulheres nunca conquistavam cargos de maior prestígio, estes pertenciam somente aos homens. As mulheres não possuíam respaldo em termos trabalhistas que resguardassem o trabalho feminino, e ainda no século XXI essa questão ainda é bem vigente.

Ainda em conformidade com a autora, nesse momento histórico, começou-se a se formar o papel da mulher trabalhadora, porém para a sociedade o trabalho representava um risco à honra feminina, à moralidade da mulher e o campo da indústria era visto como

um antro de perdição. Muitos acreditavam que as mulheres se inserindo no trabalho produtivo destruiriam os laços familiares, deixariam de ser mães dedicadas, esposas carinhosas preocupadas com os maridos, e principalmente deixariam de se interessar pelo casamento e pela maternidade.

De acordo com Rago (2013), aos poucos as mulheres foram sendo expulsas das fábricas, na medida que a industrialização avançava, sendo incorporada mais mão de obra masculina. As mulheres tiveram, novamente, uma grande dificuldade para se inserir no mercado formal de trabalho. Dessa forma, para obter renda trabalhavam com costuras, davam aulas e trabalhavam em casas de família.

Segundo Faria e Nobre (1997), o homem era visto como provedor do lar e a mulher era como seu complemento que deveria cuidar da casa. Dessa concepção surgiram várias consequências como os baixos salários, já que elas eram consideradas inferiores aos homens. Dentre essas consequências, pode-se destacar a inexistência de serviços públicos que se adequem às mulheres trabalhadoras, visto que além de trabalharem fora precisam se ocupar dos serviços domésticos, bem como cuidar dos filhos. Não obstante, muitas delas trabalham como empregadas domésticas, levando até mesmo os filhos para o seu local de atuação.

No caso das mulheres, a tentativa é sempre de considerar o trabalho realizado fora da casa como uma extensão do seu papel de mãe. As mulheres se concentram em atividades consideradas tipicamente femininas como serviço doméstico, professoras, enfermeiras, assistentes sociais. Em 1990, 30% das mulheres que se declaram como trabalhadoras na pesquisa do IBGE eram empregadas domésticas, costureiras e professoras primárias. (FARIA, NOBRE, p. 13, 1997)

Em conformidade com as autoras, na atualidade as mulheres se inserem cada vez mais no mercado de trabalho e também no ensino superior. Muitas delas ocupam trabalhos no campo das ciências humanas como professoras, pedagogas, assistentes sociais, sendo esses espaços desvalorizados e vistos como eminentemente dedicados “ao cuidado”. Cabe destacar que mesmo com essa maior inserção, os salários ainda não se equiparam ao dos homens.

Segundo Faria e Nobre (1997), a desigualdade de sexo/gênero começa dentro do seio familiar. Com a distinção entre meninos e meninas, pauta-se como cada um deles deve se comportar, com o que devem brincar, quais as cores certas para cada um. Educados de maneira sexista, as crianças aprendem os papéis correspondentes ao homem e a mulher, sendo valorizado o homem e desvalorizada a mulher.

Usamos as expressões identidades de gênero e relações de gênero para deixar bem claro que as desigualdades entre homens e mulheres são construídas pela sociedade e não determinadas pela diferença biológica entre os sexos. Elas são uma construção social, não determinada pelo sexo. (FARIA, NOBRE, p.10, 1997)

Com efeito, a partir desta afirmação entendemos que a desigualdade não é posta pelo sexo, sendo então uma construção social que imprime aos homens e às mulheres como devem ser. Esta naturalização dos papéis e das relações de gênero é posta como uma ideologia que nos faz crer que esta realidade é fruto da biologia, algo que provém da natureza, como se homens e mulheres já nascessem assim, com suas funções pré-estabelecidas.

As autoras explicam que as relações de gênero são uma construção histórica, sendo necessário desnaturalizar e explicar os mecanismos que conformam os papéis dos homens e das mulheres para que se possa compreender melhor estas relações e também sua função na construção das relações sociais. Um espaço importante que surgiu para questionar essa dicotomia entre o ser feminino e o ser masculino, fortalecendo o lugar das mulheres na sociedade, é o movimento feminista que luta fortemente pela igualdade de gênero. O feminismo reúne um conjunto de ideias e práticas que visam a liberdade, o fim da opressão das mulheres, e da desigualdade de gênero. As mulheres sempre lutaram pelos seus direitos e por sua liberdade, mas, ao final do século XIX e início do século XX, o movimento começou a se articular e as organizações de mulheres começaram a emergir.

De acordo com Piscitelli (2006), o movimento feminista se aglutinou em um primeiro momento em torno da luta pelos “direitos iguais à cidadania”, ou seja, a conquista de direitos iguais entre os sexos.

As leis eram diferentes para homens e mulheres. As feministas reivindicavam, entre outras coisas, poder votar (numa época em que só os homens votavam nas eleições), ter acesso à educação (ter o mesmo tempo de escolaridade dos meninos) e poder ter posses e bens (quando só homens podiam ser proprietários de uma casa, por exemplo). (PISCITELLI, 2006, p. 6)

Segundo Faria e Nobre (1997), ao final da década de 1960, uma nova configuração do feminismo desponta nos Estados Unidos da América (EUA) e Europa, chegando também ao Brasil. O movimento feminista impulsionou as mulheres a lutarem por seus direitos políticos e sociais, e essas passaram a ganhar voz e uma maior visibilidade dentro da sociedade.

Em conformidade com as autoras, no Brasil, na década de 1970 grande parte das mulheres haviam se inserido no mercado de trabalho, na prestação de serviços e em setores da indústria, de uma forma nunca vista antes, devemos destacar que esta grande inserção se deve a mulher branca, visto que as mulheres negras já se inseriam no trabalho muito antes, como escravas, empregadas nos lares familiares entre outros. Porém as mulheres se inseriram no mercado de trabalho em condições desiguais, subalternas e ganhando menos que os homens. Em 1970 o movimento feminista tomou uma grande proporção, diversos grupos feministas emergiram em várias cidades do país, e a participação política das mulheres nos diversos movimentos sociais cresceu consideravelmente. O movimento feminista criou o seu espaço e aos poucos foi percebendo que existia uma enorme necessidade de trazer propostas para a melhoria da vida das mulheres. Este cenário impulsionou a luta por um mundo sem opressões para as mulheres e também para os homens, mas sem perder o foco em responder às questões específicas relacionadas à condição feminina.

Em síntese, foi através do movimento feminista que o conceito de gênero começa a ser elaborado e discutido, especialmente para que se dê notabilidade à mulher na construção da sociedade humana.

2.3 O trabalho da mulher no Brasil

Como já foi dito anteriormente, a questão de sexo e gênero passa a existir a partir do momento que as sociedades passam a tecer suas relações sociais e suas relações de trabalho, porém não era alvo de reflexão. Através do movimento feminista que despontou nos Estados Unidos na década de 1960, e ganhou força no Brasil em 1970, que o assunto passou a ganhar visibilidade e as mulheres puderam ter um espaço voltado para sua luta de reivindicação por seus direitos e participação política. Lembrando que as mulheres muito antes do movimento feminista, criaram seus próprios movimentos de lutas, reivindicando seus direitos, porém o feminismo trouxe força, e maior visibilidade ao assunto.

Nos dias atuais a questão de gênero vem ganhando cada vez mais espaço e sendo discutido de maneira ampla. A mulher vem conquistando seu lugar não só no mercado de trabalho, mas também nos diversos espaços da sociedade. Porém, todo este trajeto foi e ainda é marcado por muita luta e discriminação principalmente quando a mulher começa a se inserir no mundo do trabalho. A não valorização da mulher no trabalho, os baixos

salários e a dupla jornada a qual são submetidas são temas que devem ser colocados em pauta e discutidos por todos.

De acordo com Baylão e Schettino (2014) a inserção da mulher no mercado de trabalho ocorreu devido a diversos fatores, entre eles a necessidade de contribuir financeiramente com a renda familiar. Sempre foi reservado ao homem o provimento do lar e de sua família, e a mulher era reservado o espaço doméstico. A Revolução Industrial trouxe consigo uma enorme inserção das mulheres como operárias nas fábricas.

A Revolução Industrial iniciou-se na Inglaterra no século XVIII e com ela a absorção das mulheres pelas fábricas cresceu significativamente, porém esta inserção se deu de forma discriminatória, com baixos salários, carga horária excessiva e inferior à do homem. Nesse sentido, a inclusão da mulher nas indústrias foi marcada por muita exploração, abusos por parte das classes dominantes e também por falta de regulação estatal, expressa especialmente na ausência de leis trabalhistas.

De acordo com Probst (2012), existem dois fatores que também contribuíram para a inserção da mão de obra feminina no mercado de trabalho como um todo, que correu através da I e a II Guerra Mundial. A partir do momento que os homens partiram rumo à guerra, as mulheres se viram como chefes de suas famílias e com o dever de sustentá-las e ainda cuidar do lar. Com o fim da guerra, muitos homens morreram, outros encontravam-se mutilados e sem condições de voltar ao trabalho. Diante deste cenário, as mulheres ingressaram no mercado de trabalho, pois se viram obrigadas a sustentar suas famílias.

Ainda em conformidade com a autora, no século XIX com a consolidação do capitalismo diversas mudanças ocorreram na organização do trabalho feminino. Com o desenvolvimento tecnológico e o enorme crescimento da maquinaria grande parte da mão de obra feminina acabou sendo transferida para as fábricas. No Brasil, o processo de inserção das mulheres no mercado de trabalho se deu através da industrialização no país, consequentemente dentro das fábricas, logo nas primeiras décadas do século XX, algumas leis começaram a ser instituídas para “beneficiar” as mulheres.

Ficou estabelecido na Constituição de 32 que “sem distinção de sexo, a todo trabalho de igual valor correspondente salário igual; veda-se o trabalho feminino das 22 horas às 5 da manhã; é proibido o trabalho da mulher grávida durante o período de quatro semanas antes do parto e quatro semanas depois; é proibido despedir mulher grávida pelo simples fato da gravidez”. (PROBST, 2012, p. 2)

Porém, mesmo com tais legislações, a exploração da mão de obra feminina perdurou durante muito tempo, com jornadas de 14h a 18h, sem que isso alterasse a grande discrepância salarial existente entre homens e mulheres. Devido a cultura patriarcal imposta pela sociedade de que o homem sustenta a família, e por consequência a mulher, era justificado os baixos salários do sujeito feminino.

De acordo com Alves e Guimarães (2009), as condições de trabalho nas fábricas eram precárias tanto para homens como para mulheres, porém para essas últimas era bem pior, pois não havia regulamentação da atividade laborativa. Com efeito, os empregados ficavam à mercê da exploração de seus patrões, mas a mulher em especial saía em desvantagem em relação ao homem, visto os baixos salários que recebiam apesar de exercerem as mesmas funções que seus pares masculinos. A partir deste contexto, em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo 23, inciso segundo, estabeleceu-se a igualdade de salário para homens e mulheres.

Na perspectiva de contribuir para a mudança desta realidade é que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, em seu art. 23, § 2º, estabeleceu a igualdade de salário para igual trabalho e o Pacto de Internacional relativo aos direitos econômicos, sociais e culturais, de 1960, em seu 7º art., alíneas a e i, reafirmou a equidade de salário e a igualdade da remuneração paga por um trabalho de mesmo valor. (ALVES, GUIMARÃES, 2009, p. 41)

Segundo Souza e Santos (2014) com o passar dos tempos, as mulheres vêm conquistando seu espaço político, porém mesmo com a massiva participação da mulher no mercado de trabalho, ela ainda enfrenta preconceito, discriminação, e principalmente se depara com a enorme desigualdade salarial se comparado com os homens.

De acordo com Vaz e Laimer (2010), o movimento feminista também foi um importante agente que impulsionou a legitimação da mulher no mundo do trabalho. Uma das bandeiras do movimento que estimulou a inserção feminina no mercado de trabalho foi a luta pelo direito da mulher ao seu corpo, especialmente através dos métodos contraceptivos. Em conformidade com as autoras, os métodos contraceptivos possibilitaram as mulheres um controle maior sobre o número de filhos, podendo então criar estratégias para a organização de suas famílias e seu ingresso em diversos espaços socio-ocupacionais.

Segundo Espindola (2011), no século XX, as mulheres começam a ingressar nas universidades e, conseqüentemente, em profissões mais intelectualizadas, porém ainda subalternizadas em relação aos homens. Como apontado pela estudiosa, na Primeira República as mulheres já desempenhavam atividades laborativas, a maioria delas residia

nas áreas rurais e trabalhavam em suas casas.

Rago (1997) destaca que as primeiras décadas do século XX foram marcadas pelo grande número de mulheres e crianças como mão de obra nas indústrias. Desde meados do século XIX, o governo brasileiro buscava atrair imigrantes europeus para trabalhadores que pudessem ser úteis tanto nas lavouras como nas fábricas que começavam a surgir nas cidades.

Entre 1880 e 1930, entraram no país cerca de 3,5 milhões de imigrantes. Um terço deles, ou melhor 1.160.000 eram italianos; 1 milhão, portugueses; 560 mil espanhóis; mais de 112 mil eram alemães; 180 mil russos e 79 mil australianos. Desanimados com a difícil condição social em seus países de origem, os imigrantes sonhavam em farel'America ('fazer a América') seduzidos pelos anúncios que acenavam para um futuro extremamente promissor. Esses trabalhadores foram o principal contingente das fábricas que cresciam no Rio de Janeiro e em São Paulo. (RAGO, 1997, p. 580)

Em conformidade com a autora, a industrialização no Brasil iniciou-se no Nordeste entre as décadas de quarenta e sessenta do século XX e aos poucos foi se deslocando para o Sudeste. As mulheres se inseriam em sua grande maioria nas fábricas de tecelagem e fiação, sendo sua mão de obra barata e abundante, os cargos de chefia, de metalurgia, mobiliários e calçados eram ocupados por homens. As mulheres não possuíam nenhuma chance de ocupar cargos como estes.

Ainda segundo Rago (1997), na indústria têxtil ao final do século XIX existia uma porcentagem de 67,62% de mão de obra feminina. No início do século XX em São Paulo a mão de obra do operariado têxtil era composta por 49,95% de mulheres e 22,79% de crianças.

Em 1912, os inspetores do Departamento Estadual do Trabalho visitam sete estabelecimentos fabris e constatam que, de um total de 1.775 operários, 1.340 eram do sexo feminino. Em 1919, as mulheres continuavam sendo maioria no ramo, tanto no estado de São Paulo quanto no Distrito Federal. (RAGO, p581, 1997)

Através desta afirmação percebemos a grande inserção da mulher no mercado do trabalho brasileiro. Além da venda da força de trabalho nas indústrias, para complementar a renda, muitas mulheres trabalhavam como costureiras em casa, o que não deixava de ser exploratório, pois muitas vezes faziam jornadas de até 18h prestando serviço para alguma fábrica de chapéu ou alfaiataria.

Segundo Rago (1997), nas fábricas as mulheres nunca ocupavam cargos de chefia, mas sempre ficavam com tarefas menos especializadas e mal remuneradas. Apesar do grande número de mulheres que foram inseridas nos primeiros estabelecimentos fabris,

na medida em que a industrialização avançava elas progressivamente foram sendo expulsas das fábricas e a mão de obra masculina foi crescendo cada vez mais. As mulheres sempre tiveram dificuldade em se inserir no mercado de trabalho, e a dificuldade é ainda maior quando se trata de mulheres pobres e negras.

Para Espindola (2011), a revolução de 1930, chamada de a Era dos Direitos Trabalhistas, começaria com o Presidente Getúlio Vargas. Esse momento da história brasileira trouxe consigo iniciativas determinantes para a reestruturação do mercado de trabalho no Brasil, como ampliação dos espaços sócio-ocupacionais e a diminuição da informalidade e do desemprego.

A década de 1940 trouxe o avanço da industrialização para o Brasil, indústrias siderúrgicas, petrolíferas, química, farmacêutica e automobilística. Com este avanço também ocorreu um grande crescimento da inserção das mulheres nos espaços de trabalho havendo uma diversificação das ocupações femininas. A partir da década de 1970, a conjuntura começa a se modificar e a mulher passa a integrar de forma mais acentuada os postos de trabalho.

A mulher ainda ocupava as atividades relacionadas aos serviços de cuidar (nos hospitais a maioria das mulheres são enfermeiras e atendentes, são professoras e educadoras em creches), serviços domésticos (ser doméstica), comerciárias e uma pequena parcela na indústria e na agricultura. (ESPINDOLA, p5, 2011).

Nos termos da autora, é a partir dos anos 70 que surgem no país os movimentos sindicais e movimento feminista, impulsionando ainda com mais força para o ingresso da mulher na cena pública. O feminismo trouxe consigo diversas mudanças de valores culturais e sociais. A desigualdade de classes possibilitou a união dos dois sexos na luta por melhores condições de trabalho e a partir de então o movimento sindical passou a apoiar os direitos das mulheres.

Conforme apontado por Espindola (2011), no ano de 1980, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) surge levantando a bandeira da defesa dos trabalhadores. Colocando-se a favor das mulheres, a CUT deu mais força e visibilidade para os movimentos sindicais. Também nos anos 80 surge a Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora, que visa a luta pela democratização das relações de gênero e igualdade jurídica.

O mercado de trabalho brasileiro passa a apresentar características distintas do padrão até então estabelecido após a década de 1930. Com as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e na economia mundial e brasileira, a partir desse período, a dinâmica de crescimento do emprego formal é interrompida e

o mercado de trabalho no Brasil passa a apresentar novas características. (ESPINDOLA, p 6, 2011)

A afirmação acima nos revela um dado novo, tendo desdobramentos diretos sobre as mulheres. Progressivamente, o homem deixa de ser o chefe da família e a mulher passa a ser considerada tão capaz quanto o homem de assumir esse lugar, porém ainda com muitos obstáculos. A entrada nos anos 1990 foi marcado por diversas mudanças para as mulheres, o fortalecimento da sua participação no mercado de trabalho trouxe o aumento da responsabilidade no comando da família, pois além dos cuidados domésticos com a família ela desempenha um papel de contribuição financeira direta no lar, inclusive de chefia do mesmo. O poder aquisitivo da mulher aumentou e também seu nível de escolaridade, principalmente com seu ingresso nas universidades. A redução da diferença salarial em relação aos homens começou a ser colocada em movimento.

De acordo com Probst (2014), a mulher vem escrevendo sua história no mundo do trabalho brasileiro através de dois quesitos: a queda da taxa de fecundidade e o aumento no nível de instrução da população feminina. Estes dois fatores vêm acompanhando gradativamente a crescente inserção da mulher no mercado e também a sua elevação de renda. Percebemos que todo este processo histórico é uma quebra de tabus em diversos segmentos que antes não empregavam mulheres.

Para consolidar sua posição no mercado, a mulher tem cada vez mais adiado projetos pessoais, como a maternidade. A redução no número de filhos é um dos fatores que tem contribuído para facilitar a presença da mão-de-obra feminina, embora isto não seja visto pelos técnicos do IBGE como uma das causas da maior participação da mulher no mercado. (PROBST, 2012, p. 6)

Percebemos que a mulher pouco a pouco vem se moldando aos objetivos que vem traçando, principalmente no que se refere à maternidade. Elas têm dado preferência à carreira, ficando em segundo plano a constituição de novas famílias e o nascimento de filhos. A taxa de fecundidade começou a cair nas décadas de 1970 e 1980, aprofundando-se nos anos 1990. Com menos filhos as mulheres puderam conciliar o papel de mãe e trabalhadora.

Ainda em conformidade com a autora, pouco a pouco as mulheres vão ampliando seu espaço na economia brasileira:

Em 1973, apenas 30,9% da População Economicamente Ativa (PEA) do Brasil era do sexo feminino. Segundo os dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), em 1999, elas já representavam 41,4% do total da força de trabalho. Um exército de aproximadamente 33 milhões. Em Santa Catarina, elas ocupavam 36,7% das vagas existentes em 1997. Quatro anos depois, em 2000, mais 62 mil mulheres ingressaram pela primeira vez no mercado,

aumentando a participação em 1,1 ponto percentual. (PROBST, 2012 p.5)

Percebemos através desta afirmação que a mulher vem ganhando espaço no mundo do trabalho. Dentro da sociedade, deixou de ser apenas uma parte da família, para se tornar chefe dela. Esse processo histórico construído pela mulher é uma grande vitória, processo esse lento, porém sólido, isso é claro deturpado pela lógica do capital que suga a força de trabalho feminina, impondo limites objetivo ao seu pleno desenvolvimento.

Segundo Probst (2012) outro fator que deve ser levado em relação ao trabalho das mulheres é a dupla jornada. Normalmente além de cumprir tarefas em seu local de trabalho a mulher também tem que cuidar dos afazeres domésticos. Com efeito, além das determinações do modo de produção capitalista e suas consequências diretas sobre a mulher, temos também a opressão imposta pelo patriarcado, exigindo ainda mais do sujeito feminino.

Ainda de acordo com a estudiosa, as mulheres de fato já obtiveram muitas conquistas. Nas empresas podemos perceber que uma grande maioria dos funcionários é composta de mulheres, porém poucas ocupam cargos de chefia. Nota-se que este quadro já vem se modificando, consolidando-se como uma tendência global. Nesse sentido, O século XX trouxe consigo diversas mudanças para as mulheres, possibilitando a revisão e parte dos papéis atribuídos a mulheres e homens, ou seja, as mulheres conquistando destaque no mundo dos negócios e os homens assumindo gradativamente a manutenção do lar e dos filhos.

As mulheres da atualidade revelam diferenças daquelas do começo do século. Estão ampliando cada vez mais seu espaço no mundo dos negócios e ocupando cargos que antes pertenciam somente aos homens. Trabalhar fora é uma conquista recente das mulheres, ganhar seu próprio dinheiro, se tornar independente e ser reconhecida pelo seu valor profissional é um nova configuração que se cristaliza na sociedade patriarcal, ainda que limitada pela sociedade de classes. Nesse sentido,

Apesar da evolução da mulher dentro de uma atividade que era antes exclusivamente masculina, e apesar de ter adquirido mais instrução, os salários não acompanharam este crescimento. As mulheres ganham cerca de 30% a menos que os homens exercendo a mesma função. Conforme o salário cresce, cai a participação feminina. Entre aqueles que recebem mais de vinte salários, apenas 19,3% são mulheres. Embora exista uma certa discriminação em relação ao trabalho feminino, elas estão conseguindo um espaço muito grande em áreas que antes era reduto masculino, e ganhou o respeito mostrando um profissionalismo muito grande. Apesar de ser de forma ainda pequena, está sendo cada vez maior o número de mulheres que ganham mais que o marido. (PROBST, 2012, p.7)

Um dos grandes desafios das mulheres desta geração é romper com a desigualdade salarial entre homens e mulheres. Outro maior é vencer a discriminação que existe nas relações de sexo/gênero.

De acordo com Espindola (2011), é perceptível o crescimento da participação feminina não só no mundo do trabalho, mas também na sociedade. Conquistas como o direito ao voto, inserção no mercado de trabalho, o acesso a métodos contraceptivos, o direito a licença maternidade, a capacidade de chegar a cargos executivos e políticos podendo ser democraticamente eleitas, são grandes conquistas.

Pesquisas do IBGE (2011) afirmam que as mulheres ocupam 12,7% dos assentos parlamentares no mundo e esse número já aumentou 5% desde a conferência mundial realizada no ano de 1995 em Pequim. (ESPINDOLA, 2011). Podemos também destacar como exemplo de conquista para o universo feminino, a eleição da primeira mulher como presidente do Brasil. Contudo, não devemos deixar de notar que todos esses avanços são questionados e postos em xeque, devido a sociedade ainda patriarcal na qual vivemos, que desmerecem estas conquistas, e ainda oprimem, vitimizam e discriminam as mulheres e respectivamente a luta feminina.

Refletindo sobre as contradições em torno dos avanços e retrocessos acerca do lugar da mulher na sociedade, devemos pensar sobre as condições de inserção no mercado de trabalho. Segundo Baylão e Schettino (2014) a inserção de um profissional é justificada em relação direta com seus atributos produtivos. Pela lógica, trabalhadores mais instruídos ou com mais experiência tendem a ocupar os melhores postos de trabalho. Analisando o caso entre homens e mulheres esta diferenciação não se dá de forma igualitária, as mulheres na maioria dos casos são mais escolarizadas, porém os homens acabam tendo os melhores cargos no mercado de trabalho, devido as relações de sexo, que diferenciam, cargos e tarefas entre homens e mulheres, e que traz consigo esta diferenciação construída historicamente. Em síntese, este tipo de discriminação sublinha as dificuldades encontradas pelas mulheres na luta pela igualdade de gênero.

3. A CHEFIA FEMININA NAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS NO BRASIL

3.1. A constituição da família

De acordo Bonini (2009, p.12), família provem no latim “famulus” que significa “[...] escravo doméstico e família é o conjunto dos escravos pertencentes a um mesmo homem”. Este termo foi criado na Roma Antiga para expressar uma nova forma social que tinha como característica perpetuar o poder do homem (chefe) sobre a mulher, os filhos e os escravos, sendo que o homem detinha o poder de vida e de morte sobre todos os membros da família.

De acordo com Engels (1997) apud Silva (2006), o desenvolvimento das famílias na história pode ser caracterizado em três fases principais: estado selvagem, barbárie e civilização.

No estado selvagem, que é a infância do gênero humano, os homens, que conviviam nas hordas, se apropriam dos produtos da natureza prontos para serem utilizados. Também é nesta etapa que surge a invenção do arco e flecha e, conseqüentemente, a caça. O principal avanço deste período é o desenvolvimento da linguagem articulada. No estado subsequente, denominado de barbárie, inicia-se a produção da cerâmica, a fim de tornar cestos e vasos refratários ao fogo. A particularidade marcante desta etapa é a domesticação e a criação de animais, bem como o cultivo de plantas, com a exploração como meio de sobrevivência humana. Na civilização, o homem persiste aprendendo a elaborar produtos naturais, período da indústria propriamente dita e da arte, onde se detecta a invenção da escrita alfabética e seu emprego para registros literários. (ENGELS 1997 apud SILVA. 2006, p. 24)

Todas estas transformações foram importantes para o conceito de família e seu desenvolvimento ao longo do tempo. Com efeito, nas palavras de Engels (1997) apud Marcato e Santos (2015), no estado “primitivo” das civilizações o grupo familiar não se assentava em relações individuais. As relações sexuais ocorriam entre todos os membros que integravam a tribo. Disso decorria que sempre a mãe era conhecida, mas se desconhecia o pai, o que permite afirmar que a família teve de início caráter matriarcal, porque a criança sempre ficava junto à mãe, que a alimentava e a educava.

Para Engels (1985) apud Meira, Oliveira e Santana (2013) a primeira etapa do desenvolvimento da família foi a através do modelo consanguíneo, que caracterizavam a convivência entre parentes e a relação matrimonial entre as pessoas de um mesmo grupo. Devido a este contexto, todos neste grupo eram irmãos e irmãs entre si e, por consequência, marido e mulher um do outro. Este tipo de família fora substituída pela família punaluana.

Ainda em conformidade com os autores, na família punaluana o matrimônio era realizado dentro dos próprios grupos, mas com a proibição da relação sexual entre irmãos e irmãs. Neste modelo era possível apenas reconhecer a linhagem feminina, sem saber quem era o pai, sendo possível identificar as relações entre marido e mulher. Seguindo essa linha história, é possível perceber o surgimento da família sindiásmica ou pré-monogâmica, ainda na fase do matrimônio grupal, mas formando uniões por pares de duração mais ou menos longa. Nesta última, era privilégio do homem a infidelidade e a poligamia.

Com efeito, a família monogâmica teria sua origem na família sindiásmica diferenciando-se pelo fato das relações serem mais sólidas e pelo poder de somente o homem desfazer a união. Na família monogâmica fica claro o poder e a autoridade do homem sobre a mulher.

Ainda na família sindiásmica, com o desenvolvimento das forças produtivas, possibilitou-se aos homens cultivar rebanhos e terras, desenvolvendo produtividade, que possibilitava o excedente para trocas, e novas riquezas. Tais propriedades passaram a pertencer ao agrupamento ou gens ao qual o homem fazia parte no caso de separação no casamento sindiásmico. Neste caso a mulher fica com os filhos (e retorna a sua gens de origem) e o homem retorna ao seu agrupamento (gens) de origem, ficando com as propriedades e as fontes de alimento produzidas por ele, e conseqüentemente os seus filhos (que ficavam com as mães) acabavam sendo deserdados. Com o aumento das riquezas, o homem vai gradativamente assumindo uma posição mais importante do que a da mulher, e surge a necessidade de transferir para os filhos as heranças produzidas. Para tanto o direito materno deveria ser suprimido, e foi o que aconteceu; com o desenvolvimento da produtividade dos homens na terra, o acúmulo de riquezas e propriedades os filhos passaram a pertencer não à gens da mãe, mas sim à do pai. (CARDOZO, PERETTI, 2010, p.29)

Este processo de transição da família sindiásmica para a família monogâmica sugere o nascimento do patriarcado, de modo que para conseguir assegurar a fidelidade da mulher e a paternidade dos filhos, o sujeito feminino é entregue ao poder do homem.

Para Noronha e Parron (2015), a origem da família provém da história da civilização. Contudo, especialmente as configurações familiares modernas revelam-se pautadas pelo modelo romano e canônico, que por sua vez se inspirou no modelo de família dos gregos. Assim como as famílias foram se estruturando e se modificando ao longo do tempo, o conceito de família também tem se alterando ao longo da história.

O modelo romano era constituído por um conjunto de pessoas, pai, mãe, filhos e escravos, todos comandados pelo chefe patriarcal, tendo o homem pleno poder sob sua família. De acordo com Gonçalves e Virgílio (2013), a família romana era totalmente submissa ao poder da figura masculina presente na entidade familiar. Dentro dessas

circunstâncias, o filho tinha muito mais direitos que a filha, inclusive as mulheres nunca obtinham o direito aos bens do pai.

Segundo Noronha e Parron (2015), o modelo romano também se estruturou por meios de princípios normativos. Os romanos instituíram o casamento e somente por ele a instituição "família" existiria. Com a ascensão da Igreja Católica passa a vigorar o modelo canônico, que instituiu o casamento como uma forma de sacramento. Com efeito, a principal forma de união de duas pessoas do sexo oposto passou a ser por meio desse rito celebrado pela Igreja.

Ainda em conformidade com os autores, a Igreja instituiu o casamento católico como a única forma de se reconhecer a família, entendendo como entidade familiar o marido, a esposa e os filhos. De acordo com Priore (2014), a família instituída no Brasil Colônia teve forte influência da Europa, sendo seu modelo pautado no matrimônio imposto pela Igreja. Somente era considerado como família, o homem, a mulher e seus filhos.

Por sua vez, Barros e Vianna (2004) afirmam que o legado do povo indígena, africano e português foram de extrema importância para a formação da família brasileira. A poligamia era comum, os homens casavam-se com várias mulheres, e as relações incestuosas eram frequentes. De modo geral, somente o pai era valorizado, pois a mãe era considerada como um “meio” de se ter filhos.

Em conformidade com os autores, não havia mulheres europeias na época da colonização, então as índias tiveram uma função importante na constituição da família brasileira. Foi com elas que os colonizadores se juntaram, visto que para os índios a poligamia era comum e também pela questão de posse dos homens sob as mulheres. As africanas também contribuíram para a formação da família brasileira. Os portugueses já estavam familiarizados com os escravos, pois na Europa já era comum, a relação dos portugueses com as africanas era frequente, uma relação de abuso e dominação. Nesta época de início da colonização as pessoas se uniam e tinham filhos, sem utilizar do casamento formalizado pela Igreja Católica.

O modelo de família que se formou no Brasil na época colonial ficou conhecido como modelo patriarcal, que mais tarde seria chamado de nuclear. Para Teruya (2009), o modelo patriarcal era composto pelo núcleo conjugal e toda sua prole, incluindo parentes, afilhados, agregados, escravos e bastardos, vivendo todos abrigados na casa grande ou senzala, sob o domínio do patriarca – dono das riquezas e dos escravos –, considerado autoridade máxima sob sua família.

A casa-grande teria sido o símbolo desse tipo de organização, núcleo para onde convergia toda a vida econômica, social e política da região, de forma mais ou menos ordenada. Sua área de influência englobava a atuação da Igreja, do Estado e todas as outras instituições sociais e econômicas. (TERUYA, 2009 p.4)

Segundo a autora, o fortalecimento do modelo patriarcal se deu através da própria estrutura colonial. Como o governo português não conseguia exercer seu poder em toda a colônia, o proprietário de terras tomou as rédeas do poder local e a forma de parentesco era reconhecida pelas pessoas através de: ser filho, compadre ou escravo do senhor proprietário de terras. Isto conferia “poder” e possibilidades para cada indivíduo.

De acordo com Da Mata (1987) apud Alves (2009), a família na época do Brasil Colônia era considerada fundamental e indispensável para a vida social, quem não fizesse parte de um círculo familiar era renegado, malvisto e ignorado por todos. O bem-estar social era ligado ao pertencimento de alguma família, era tido como prestígio social. Dentro do sistema patriarcal que se estabeleceu na colônia, mais precisamente na Casa Grande, desenvolveu-se a primogenitura, onde o filho mais velho herdava todas as terras que pertencessem ao pai, em caso de a família possuir mais filhos os demais seriam encaminhados para estudarem e se formarem médicos, advogados ou mesmo padres. No caso das filhas, estas na maioria das vezes eram encaminhadas a conventos, onde aprenderiam a ler, escrever, cantar, bordar até o momento que se casassem. Aquelas mulheres que ficavam solteiras recebiam dos pais um dote, um valor em dinheiro, escravos ou outros bens, sendo entregue ao convento para que fosse conduzida à vida religiosa.

No que diz respeito às famílias dos escravos, destaca-se a disputa pela “aquisição” de uma esposa. Devido ao fato do número de homens ser superior ao de mulheres, havendo uma busca para que se casassem no mesmo grupo étnico, era truculenta a forma como os matrimônios eram estabelecidos. Deve-se ressaltar, ainda, que os casamentos não se realizavam somente nas senzalas, escravos libertos que viviam nas cidades também se casavam.

Ainda de acordo com Alves (2009), a questão do matrimônio instituído pela Igreja Católica era privilégio das classes mais abastadas, das elites brancas, visto que para se casar na Igreja exigia-se uma boa quantia em dinheiro o que acabou afastando a população mais pobre dessa instituição. Tornando-se, com isso, um símbolo da estabilidade social para as elites. Para a população mais pobre restou as uniões consideradas “ilegais” pela Igreja Católica, porém enquanto a Igreja se opunha devido ao fato de considerar o

casamento como um sacramento, o Estado português mostrou-se tolerante a essas uniões, pois enxergavam ali a possibilidade da reprodução de mão de obra, o que não dependia da legalidade da união.

Costa (1989) apud Alves (2009) destaca que a política econômica portuguesa foi decisiva na organização da família no Brasil do período colonial. A metrópole que só se interessava no lucro fácil sem fazer nenhum investimento, permitiu que os proprietários de terra governassem sozinhos durante os três primeiros séculos da colonização. Nesse sentido, “No Brasil-Colônia, "família" passou a ser sinônimo de organização familiar latifundiária, o que provocou a instalação dessa sociedade do tipo paternalista, em que as relações de caráter pessoal assumiram vital importância.” (ALVES, 2009, p.4)

Como sinalizado, a família patriarcal era o centro da sociedade, desempenhando o papel de procriação, administração econômica, e direção política na Casa Grande. Outro fator de destaque era o casamento entre familiares com o objetivo de conservar os bens sem correr o risco de perde-los para terceiros.

Percebe-se, então, que a família patriarcal era o mundo do homem por excelência. Crianças e mulheres não passavam de seres insignificantes e amedrontados, cuja maior aspiração eram as boas graças do patriarca. A situação de mando masculino era de tal natureza que os varões não reconheciam sequer a autoridade religiosa dos padres. Assistiam à missa, sem a menor manifestação daquela humildade cristã do crente (própria, aliás, das mulheres), assumindo sempre ares de proprietário da capela, protetor da religião, bom contribuinte da Igreja. (ALVES, 2009, p.5)

Em conformidade com o autor, neste universo masculino os homens dispunham de diversas regalias, principalmente no que se dizia a “dupla moral”, o que lhes permitia aventuras com criadas, porém com certa discrição, visto que para as mulheres tudo era vetado e proibido.

Todo este processo revela que a família patriarcal foi significativa para a constituição da instituição familiar no Brasil, apesar de se ter relatos de outros modelos familiares na mesma época, como a família com menos indivíduos, famílias de solteiros e viúvos, famílias de escravos, entre outras. Isso significa que a noção de família variava de acordo com as classes sociais e as regiões do país, porém a família patriarcal se tornou predominante na sociedade brasileira.

Segundo Teruya (2009), a família patriarcal começou a se transformar a partir do século XIX. Com a chegada da Corte Portuguesa ao Rio de Janeiro, trazendo consigo a influência árabe – cuja a principal característica era levar a família e a esposa para fora do espaço doméstico –, a Corte Portuguesa também proporcionou oportunidades de

crescimento econômico nacional.

A preservação parcial da economia latifundiária explicaria a manutenção das enormes desigualdades sociais no país, juntamente com as relações semi-patriarcais, principalmente nos estados do Norte. Por outro lado, o desenvolvimento da economia industrial no Sudeste é que transformará a família. Ela se nucleariza para atender melhor as demandas da sociedade moderna, e ao perder a sua função produtiva, o grupo tende a se relacionar única e exclusivamente a partir dos laços de afeto mútuo. (TERUYA, 2009, p.10)

De acordo com Alves (2009), a família nuclear também teve grande importância na formação da sociedade brasileira. Nas palavras do estudioso, este modelo difere da família patriarcal na estrutura de seus membros, pois agrega somente seu núcleo principal, o chefe da família, a esposa, e os descendentes legítimos.

Ainda acerca da família nuclear cabe destacar que seus membros se casavam, criavam sua própria família, sem agrupar outros membros, diferentemente da patriarcal. A figura masculina já não era tão marcante dentro do lar, visto que a mulher era dada o papel de cuidar e educar os filhos, enquanto o homem cuidava plenamente dos negócios e do sustento do lar, estando afastado da educação dos filhos. A mulher de certa forma se tornava “dona do lar” porém ainda submissa ao poder do homem. A mulher ao se casar era entregue a tutela do marido, cuidando dos filhos e do trabalho doméstico.

Conforme explicitado por Alves (2009), o desenvolvimento das indústrias nas primeiras décadas do século XX trouxe consigo oportunidades de trabalho e uma inserção das mulheres neste mercado, o que também configurou uma mudança na estrutura familiar no Brasil. Através desta inserção as mulheres passaram também a contribuir financeiramente no sustento do lar.

A família brasileira sofreu diversas modificações ao longo da história, a mudança do modelo patriarcal para o modelo nuclear e as diversas transformações sofridas na contemporaneidade apontam novos arranjos familiares. Em todo o mundo o conceito de família e o próprio casamento sofreram mudanças. A família entendida como entidade constituída pelo homem, a mulher e seus filhos, constituída por laços de consanguinidade, abre espaço outras configurações, como aquelas constituídas por afinidade. Essas mudanças que começaram a ocorrer, sobretudo, a partir da década de 1960 indicam a formação de novas organizações familiares.

3.2 Os novos arranjos familiares e a monoparentalidade

Vimos que a família passou por diversas modificações ao longo da história, fixando-se durante muito tempo no modelo nuclear patriarcal, ou seja, do núcleo conjugal e sua prole.

De acordo com Christiano e Nunes (2013) o processo de industrialização no Brasil contribuiu para a modificação do modelo patriarcal até então vigente no país. O desenvolvimento das indústrias nos centros urbanos traz consigo a oferta de trabalho fabril, culminando na entrada das mulheres no mercado de trabalho, a mulher então saiu da esfera exclusiva do lar. Iniciava-se a divisão das tarefas entre homens e mulheres, e com o passar dos anos, o sistema patriarcal começou a ser questionado.

Entre o período de 1960 e 1970 o uso da pílula anticoncepcional tem um impulso em seu consumo, interferindo diretamente na vida sexual da mulher desta época. A mulher deixou de ter sua vida atrelada a maternidade. A mulher contemporânea assumiu uma nova postura na sociedade, com novas possibilidades, maior autonomia, e novas responsabilidades dentro da sociedade, trazendo uma maior possibilidade, o que acabou transformando os laços familiares e apresentando importantes mudanças na família. (CHRISTIANO, NUNES, 2013, p.37)

Em conformidade com os autores, além destes diversos acontecimentos, cabe destacar o divórcio. A partir de sua legalização em 1977¹ a família pôde se modificar e reconstituir novas famílias. Pode-se ressaltar neste processo de desenvolvimento as modificações ocorridas na legislação brasileira ao longo do tempo. A Constituição de 1916 tratava a família nos moldes patriarcais e na diferenciação entre homens e mulheres. A partir do ano 1937 os filhos legítimos e ilegítimos passam a ter os mesmos direitos. A Constituição de 1988 prevê que todos são iguais perante a lei, com igualdade direitos e obrigações, inclusive a igualdade entre filhos.

Diante deste processo, podemos destacar que as famílias estão deixando de ser “tradicionais”, conforme o modelo burguês, podendo ser notado o aumento do número de uniões consensuais, de pessoas vivendo sozinhas, famílias chefiadas por um único membro, principalmente por mulheres. Como efeito, aumentou o número dos divórcios,

¹ No dia 28 de junho de 1977 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 9, que criou a figura do Divórcio no Brasil. Logo adiante surgiu a Lei do Divórcio, que regulamentou esse novo instituto jurídico. De autoria do Senador Nelson Carneiro, a norma foi objeto de grande polêmica na época, principalmente pela influência religiosa que ainda pairava sobre o Estado. A inovação permitia extinguir por inteiro os vínculos de um casamento e autorizava que a pessoa casasse novamente. (RYBAH, 2007)

o número de crianças sendo criadas em famílias monoparentais, em algumas situações o número de filhos aumentou, etc.

De acordo com Bonini (2009) já não podemos citar somente um modelo de família e, sim, vários modelos de família. Hoje não existe mais na sociedade um modelo familiar “padronizado”. O modelo nuclear burguês se tornou de fato universal, mas a família passou a se configurar de várias e novas formas.

De acordo com último Censo demográfico, realizado pelo IBGE em 2010, no Brasil as famílias nucleares correspondem a 49,9% e 50,1% correspondem aos novos arranjos familiares, dentre estes últimos 50,1% são formados por casais sem filhos, pessoas morando sozinhas, três gerações morando sob o mesmo teto, casais gays, mães sozinhas com os filhos, pais sozinhos com os filhos, amigos morando juntos, netos com avós, irmãos vivendo com irmãs, famílias mosaicos (ambos os filhos dos cônjuges morando todos juntos).

O Censo 2010 também aponta que 87,2% dos lares brasileiros são formados por duas ou mais pessoas com laços de parentesco, 12,1% representa as pessoas que vivem sozinhas e 0,7% representa as pessoas sem parentesco. Os dados do IBGE demonstram que entre 2000 e 2010, houve um crescimento de pessoas morando sozinhas, que passaram de 9,2% para 12,1%. Outro apontamento que o Censo traz é o aumento de famílias chefiadas por mulheres que passaram de 22,2% para 37,3%.

Nesse sentido, percebemos que existe uma grande mudança não só na composição familiar, mas também nas relações de parentesco e sociais que resultaram na formação das “novas famílias”. Segundo Christiano e Nunes (2009) para melhor entendimento destes novos arranjos familiares, devem ser classificados alguns modelos encontrados atualmente, já que possuímos uma diversidade de configurações familiares.

Em conformidade com as autoras, no século XXI as composições familiares podem ser denominadas em: família nuclear, casais sem filhos, famílias unipessoais compostas por apenas uma pessoa (considerada como instituição familiar), famílias extensas (nas quais podemos destacar a convivência com tios e avós), reconstituídas ou recasadas, famílias homoafetivas, famílias consensuais, famílias adotivas e famílias monoparentais.

O interesse aqui é explicar a configuração dessas famílias, como se formam, dando destaque à família monoparental:

- 1) Família nuclear: De acordo com Lorenset (2012) a família nuclear é historicamente conhecida pela formação entre o homem, a mulher e seus filhos.

A família nuclear ainda é muito presente na sociedade, e sempre foi tida como o ideal de família, considerada como a família tradicional.

- 2) Família projetada sem filhos: Em conformidade com o autor, este modelo de família provém da vontade do casal em projetar sua vida sem filhos, visando construir uma vida somente a dois, pensando em construir um patrimônio.
- 3) Família unipessoal: Segundo Bonini (2009), a família unipessoal é composta por uma pessoa, que vive sozinha, às vezes por opção ou por não ter nenhum parente próximo.
- 4) Família extensa: De acordo com Lorenset (2012), a família extensa ou ampliada é aquela que se expande em sua formação, tendo a participação de tios, avós, primos, enteados e etc. Ou seja, é formada por parentes que sejam próximos a unidade do casal, de pais ou mães.
- 5) Família reconstituída ou recasada: Ainda em conformidade com a autora, esta ocorre através do divórcio. Quando os sujeitos vão em busca de construir uma nova família, sendo por união estável ou pelo casamento, os homens e/ou mulheres se unem novamente e com eles os filhos provenientes de outras uniões são inseridas.

Essa nova configuração familiar, por vezes pode enfrentar problemas, pois essa família necessitará passar por um período de adaptação frente à nova configuração, o que nem sempre é vivido de forma tranquila, principalmente pelos filhos. Estes terão que aprender a conviver com os seus “novos irmãos” e também aprender a ter uma relação sadia com a madrasta ou padrasto. Já o novo casal, frequentemente traz algum tipo de perda do relacionamento anterior, assim como uma forma de viver, hábitos que ele carrega junto que foram construídos em outra relação. Esses pontos também terão que passar por uma readaptação, para que essa nova família se consolide. (LORENSET, 2012, p. 25)

- 6) Família homoafetiva: De acordo com Bonini (2009), este modelo se constitui entre pessoas do mesmo sexo e está crescendo nos últimos anos. Neste modelo não existem laços sanguíneos, nem a configuração de gênero definida. Os casais buscam constituir suas famílias juntos e quando decidem aumentá-la, recorrem, frequentemente, à adoção de crianças (que não é fácil para eles, devido ao simples fato de serem gays e lésbicas).
- 7) Família consensual: Segundo Lorenset (2012), esta união é constituída por homem e mulher, que desejam constituir família, ter filhos, porém estão livres de formalidades legais, como o casamento.
- 8) Família adotiva: Ainda em conformidade com a autora, este modelo familiar

corresponde a um casal ou a uma pessoa que deseja assumir um sujeito como seu filho, sendo assim passa-se a responsabilizar-se completamente por ele.

Dizendo de outra forma, a adoção é o processo onde cria-se um lugar de filho a um sujeito que não possui a mesma história que o casal. Este por sua vez, irá integrar essa família e a partir do acolhimento passará a reconhecer-se e também a ser reconhecido como filho. (LORENSET, 2012, p 28)

- 9) Família Monoparental: Segundo Bolze e Silva (2016), a característica mais comum da família monoparental é marcada pela presença do pai ou da mãe que coabitam com seus filhos sem a presença do cônjuge, porém este modelo tem diversas nuances, os quais podem compreender pais viúvos, solteiros ou provenientes de divórcios ou separações. A monoparentalidade se desenvolve quando um dos pais assume a responsabilidade dos cuidados com os filhos, podendo também ser descrita através de pessoas que decidem adotar uma criança mesmo sem ter companheiro.

Para Bonin (2009) este modelo familiar talvez seja hoje o mais recorrente entre os modernos arranjos familiares. O termo “monoparental” surgiu na década de 70 e passou a substituir as expressões “pai solteiro” e “mãe solteira”, isso para representar entidades domésticas nas quais as pessoas vivem sem cônjuge, pois antes era considerado vergonhoso viver sozinho(a) a não ser em caso de viuvez. Ainda hoje o preconceito é grande nesses casos.

Nas palavras de Souza (2008), o modelo monoparental sempre existiu, porém de vinte anos para cá tem aumentando significativamente. A monoparentalidade é reconhecida quando um dos genitores vive com o filho numa mesma casa. Este fenômeno como já foi dito sempre existiu, porém antes o fator mais comum para a monoparentalidade era a viuvez. Hoje temos inúmeros fatores que caracterizam este modelo familiar e ele deixou de ser imposição e passou a ser também opcional.

Segundo Lorenset (2012), uma das dificuldades deste modelo familiar está na questão de suprir as necessidades econômicas e também afetivas. Outra questão é a ausência de um dos genitores que por consequência faz com que os filhos cresçam sem a presença de um dos pais. Com efeito, na atualidade encontra-se um grande número de famílias monoparentais formadas pelas mães e seus filhos.

Segundo Baliana (2013) existem, sim, mulheres de frações da classe burguesa que assumem suas famílias, ou que desejam ter produção independente, porém a incidência de famílias monoparentais femininas é bem maior entre mulheres pobres. De acordo com

Bolze e Silva (2016) a monoparentalidade feminina em sua grande maioria é proveniente de divórcios ou de separações, podendo também ser configurada por mães solteiras, mas em alguns casos ela pode acontecer por instabilidade familiar, abandono, gravidez não planejada ou quando a mãe planeja, podendo ser feita também por inseminação artificial e assim assumindo a responsabilidade da criança sozinha.

Segundo Baliana (2013) as famílias monoparentais femininas antigamente eram caracterizadas por viúvas, mães solteiras, visto que antes as mulheres não optavam por criarem seus filhos sozinhas. O que recorrentemente ocorria, neste sentido, era na verdade o abandono dos homens, ou daquelas mulheres que frente à morte do cônjuge se viam sozinhas para criarem seus filhos.

Com o decorrer do tempo e as mudanças ocorridas nas famílias e nas formas como a mulher se insere na sociedade, ocorreu que o casamento deixou de ser seu principal objetivo, fazendo com que elas buscassem construir uma carreira profissional. A possibilidade da mulher de escolher criar seus filhos sozinhas ou até mesmo ter produção independente cresceu. Observa-se que a monoparentalidade se tornou também opcional, tanto através do divórcio ou por meio de adoção. Porém não podemos descartar as situações em que a monoparentalidade é advinda de uma gravidez não planejada ou abandono por parte do cônjuge, devendo também se considerar que esse arranjo se tornou uma possibilidade para as mulheres.

Segundo Sousa (2013), as variações da monoparentalidade são muitas, assim como também são diversos os condicionantes históricos que induzem a esta formação familiar, mas de toda forma, voluntária ou involuntariamente, essas mulheres assumem vivenciar a monoparentalidade feminina. Desta forma, a estrutura monoparental desencadeia uma série de transformações não só na mulher mais em toda a família, mudanças estas, estruturais, financeiras, sociais e até psicológicas. Entre elas, podemos destacar a mulher que é colocada como núcleo da família, passando a controlar as questões econômicas, encargos domésticos e, principalmente, a criação dos filhos, resultando assim na chefia feminina.

Em conformidade com a autora, é importante ressaltar que nem todas as famílias chefiadas por mulheres são monoparentais, denomina-se chefia quando um membro da família tem o maior rendimento no lar ou é o único provedor, podendo assim haver ou não a presença de um companheiro. Já a chefia familiar monoparental é considerada apenas através da presença de um dos genitores. Ao abordamos o tema da chefia feminina

monoparental, estamos nos referindo a constituição familiar na qual se engloba a presença da mulher e de seus filhos.

3.3 As famílias monoparentais chefiadas por mulheres no Brasil e as relações de trabalho

Para chegarmos até aqui viemos desenvolvendo toda uma pesquisa sobre as relações de sexo e gênero, o desenvolvimento da mulher dentro da sociedade e principalmente sua inserção no mercado de trabalho e os ganhos conquistados ao longo da história, porém observamos também como o papel da mulher na sociedade patriarcal na qual vivemos é permeado de preconceitos e de muitas barreiras. As transformações ocorridas na família e a inserção da mulher no mercado de trabalho, trouxe consigo diversas mudanças, entre elas a posição de mulher chefe de família, a qual iremos entender melhor a seguir.

Primeiramente, cabe aqui explicar o significado da chefia feminina. Segundo Mendes (2003), a chefia familiar ou domiciliar no Brasil diz respeito ao provimento econômico do lar junto a família. A chefia feminina, segundo Perucchi e Beirão (2007), tem crescido cada vez mais no Brasil, revelando uma posição social que vem aumentando em nossa sociedade, a de provedoras dos lares. A chefia feminina não se dá somente quando a mulher vive sozinha com sua prole, ela também pode ser caracterizada quando a mulher assume o sustento do lar, mesmo tendo o cônjuge presente. Já a chefia feminina monoparental se configura com a presença da mãe e de seus descendentes, advinda de diversos fatores, como já foi citado.

De acordo com Alvares (2003), pode-se destacar alguns fatores para o maior aumento das famílias monoparentais chefiadas por mulheres no país. Entre elas encontra-se o aumento da expectativa de vida da mulher, ocasionando de ficarem viúvas mais cedo; o crescimento no número de divórcios e separações, sendo que em sua grande maioria a guarda dos filhos permanece com a mãe; e também a mudança de valores tradicionais em relação ao casamento e aos valores sexuais, pois na atualidade existe também as mães solteiras e aquelas que optam por produção independente.

O Censo de 2010 do IBGE revela que os lares brasileiros chefiados por mulheres cresceu cerca de 37,4%, em 2000 os lares chefiados por mulheres correspondiam a cerca de 24,9% um crescimento de 12,4%, já os lares que possuem um dos cônjuges morando com os filhos (monoparental), as mulheres são responsáveis por 87,4%. Ou seja temos

um número crescente e significativo da chefia feminina no país. Nota-se que a maioria das mulheres responsáveis pelo domicílio está em situação monoparental.

De acordo com Silveira e Silva (2013), as mulheres assumem a chefia feminina e se tornam provedoras do lar, mesmo sofrendo mais com a precarização do trabalho e a redução dos níveis salariais. O fenômeno da chefia feminina também diz respeito a uma série de dificuldades enfrentados no cotidiano dessas mulheres, devido ao fato de precisarem conciliar sua vida profissional com os afazeres domésticos.

As famílias chefiadas por mulheres quando se vê só com os filhos assume a responsabilidade pelo grupo familiar em todo os sentidos. A mulher mãe, sob tais circunstâncias segue necessariamente o que é esperado pelo sistema social, ou seja assume o papel da socializadora dos filhos em conjunção com o papel de provedora. Podemos observar também que nas famílias chefiadas por mulheres estruturalmente mais precárias, encontram dificuldades financeiras e também de inserção no mercado de trabalho. (SANTOS, 2004, p.12)

Podemos observar que a mulher que se encontra como chefe de família enfrenta diversos problemas, principalmente por assumir diversas funções (mãe, trabalhadora, esteio financeiro). Hoje em nossa sociedade a família chefiada por mulheres cresce consideravelmente em relação a chefia masculina. A mulher, nesse sentido, enfrenta dificuldades principalmente no que diz respeito à sua inserção no mercado de trabalho e ao ganho referente a sua renda.

Segundo Silveira e Silva (2013), a incidência da chefia feminina atinge em maior número a classe trabalhadora. A mulher enfrenta uma maior sobrecarga de trabalho, visto que além da vida profissional não deixa de cuidar dos afazeres domésticos, e se torna quase que exclusivamente responsável pelas tarefas do lar e da família.

Os desafios são, para estas mulheres em situação de monoparentalidade, bem maiores, pois toda a “sobrecarga” cabe apenas a elas. As principais dificuldades das famílias monoparentais são: gestão do cotidiano, ausência do companheiro, articulação trabalho/família. A situação profissional e econômica destas famílias, devem ser levadas em consideração uma vez que estes factores interferem muito na vida familiar. (BALIANA, 2013, p 37)

A chefia monoparental feminina ainda é vista com olhos preconceituosos pela sociedade, visto que a família nuclear (pai, mãe e filhos) é tida como modelo tradicional a ser seguido, tendo o homem como figura principal. O que acaba por causar nestas famílias chefiadas por mulheres um sentimento de fracasso e de não aceitação perante a sociedade e até mesmo por demais familiares (tios, primos, avós, entre outros).

De acordo com com Alvares e Viana (2014), apud Simas (2008), a mulher que se encontra inserida nesta configuração carrega uma grande responsabilidade, quando se

trata dos cuidados com os filhos e principalmente do sustento do lar. Nota-se que os lares chefiados por mulheres possuem renda inferior no que diz respeito aos lares chefiados por homens, isto devido a desigualdade salarial, discussão esta feita anteriormente, onde retrata-se as relações de gênero, onde a mulher se encontra constantemente inferiorizada pelo homem no mercado de trabalho e pela sociedade do geral.

Segundo Baliana (2013) as mulheres tanto as que se inserem no modelo monoparental ou nuclear enfrentam uma dupla jornada de trabalho quando se inserem no mercado de trabalho, pois além de se preocuparem com a vida profissional, trabalhando o dia todo, ao saírem do trabalho enfrentam uma segunda jornada, que é o cuidado com os filhos e os afazeres domésticos. Toda esta responsabilidade acaba sempre por recair sobre os ombros das mulheres. Nas famílias de “classe média” as mães ainda podem ter a possibilidade de contar com uma pessoa (trabalhador doméstico) para que possa fazer o trabalho doméstico e mesmo diante estas circunstâncias ainda se encontram com a responsabilidade para com os filhos.

Em conformidade com a autora, na situação das mulheres de famílias monoparentais elas desempenham o mesmo papel de mulheres de outros arranjos familiares, porém acrescido da responsabilidade de cuidarem sozinhas de seus lares.

Viver sozinho, ou ser chefe de família “monoparental” exige à mulher vários esforços como o de enfrentar ou (gerir) a própria economia, assim como a conciliação do trabalho e da família, o que por vezes se torna muito difícil. Ser mãe sozinha, trabalhar e cuidar dos filhos pequenos pode significar não conseguir conciliar, ou conciliar muito mal estas duas esferas da vida cotidiana. (BALIANA, 2013, p. 46)

É notável em todo este processo que o principal embate da mulher chefe de família é conciliar a provisão do lar e os cuidados com a prole. De acordo com vários estudiosos e a autora em questão, a maioria das chefes de família são as que mais trabalham a tempo parcial, sendo assim existe um grande risco das famílias caírem em situação de pobreza. As dificuldades enfrentadas pelas mulheres que normalmente abarcam as classes populares são os empregos mau qualificados, que acarretam em maus salários prejudicando a situação econômica do lar. Outra dificuldade é em relação aos filhos, quando não possuem alguém que possa lhes ajudar, estas precisam procurar um lugar qualificado no qual possa deixar a criança, visto que falta creches que atendam estas mulheres. Desta forma, a vulnerabilidade, a fragilidade financeira e educacional também dificulta a participação da mãe na vida familiar.

De acordo com Costa e Marra (2013), a dificuldade em conciliar a vida familiar e

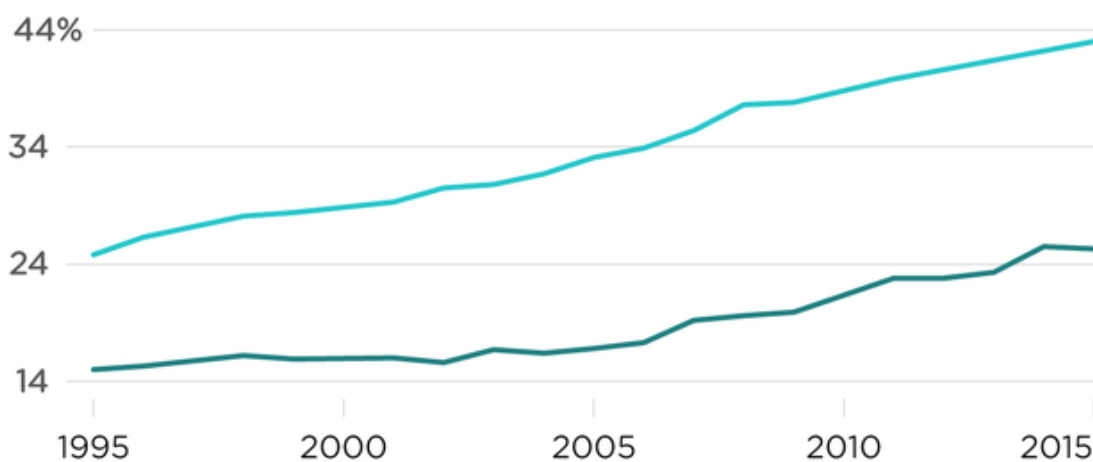
a limitação financeira é uma questão que aflige e muito a vida destas mulheres, pois elas estão sempre em busca de se auto-afirmarem como mães e trabalhadoras. As autoras afirmam que as mulheres chefes de família costumam se afastar do cotidiano de seus filhos, por trabalharem e em estarem sempre muito preocupadas em prover o lar economicamente, elas encontram uma enorme dificuldade de participarem mais efetivamente da vida dos filhos, visto que a venda da força de trabalho é uma necessidade extrema nessa sociabilidade. As estudiosas também afirmam que para a maioria das mulheres substituir a paternidade é sinal de orgulho, fortalecimento, e superação, apesar de ser um obstáculo no que diz respeito à criação dos filhos.

Percebemos que a chefia feminina apesar de crescer em um alto número no país, ainda enfrenta diversos obstáculos, que vão da sua formação enquanto família, relações de trabalho, relações sociais, e o grande preconceito da sociedade.

Gráfico 1 – Proporção de famílias chefiadas por mulheres. 1995- 2015

Proporção de famílias chefiadas por mulheres

■ Área urbana ■ Área rural

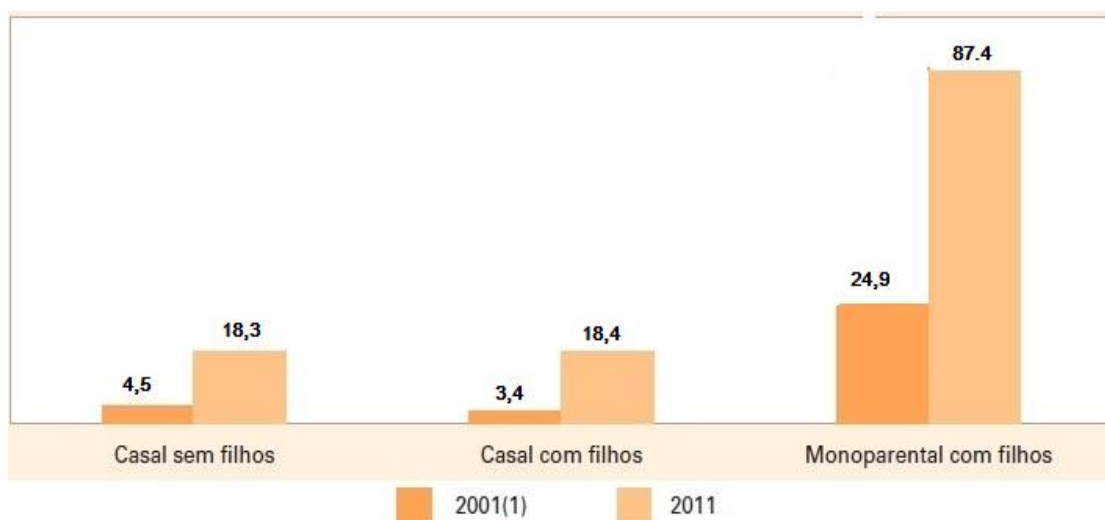


Fonte: IBGE/PNAD

NEXO

De acordo com a pesquisa domiciliar feita pelo IPEA que resultou no caderno “Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça” (2015), um comparativo entre 1995 e 2015 aponta o crescimento dos lares chefiados por mulheres, lembrando que não são exclusivamente aqueles em que não há a presença masculina, o cônjuge está presente em 34% deles. Mesmo assim o número de famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge e com filhos é elevado no período analisado.

Gráfico 2 – Número do crescimento da chefia feminina - Brasil – 2001 - 2011



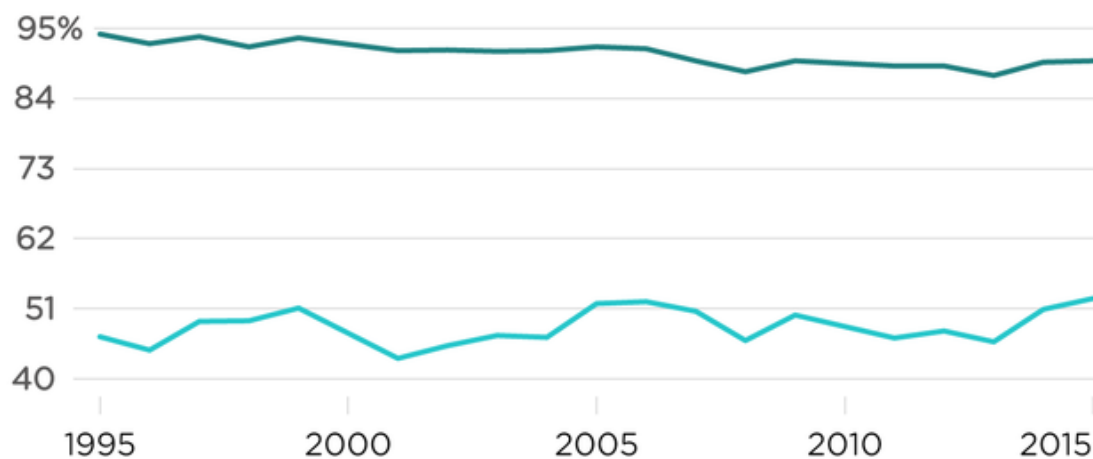
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE - 2001- 2011

Neste gráfico temos o número de lares que possuem um dos cônjuges morando com os filhos (monoparentalidade). As mulheres são responsáveis por chefiar 87,4% dessas famílias, ou seja, temos um número crescente e significativo da chefia feminina no país. Nota-se que a maioria das mulheres responsáveis pelo domicílio está em situação monoparental, se comparado aos demais arranjos (casais sem filhos e casais com filhos).

Gráfico – 3 População maior de 16 que faz tarefas domésticas. Brasil, 1995 – 2015

População maior de 16 que faz tarefas domésticas

■ Homens ■ Mulheres



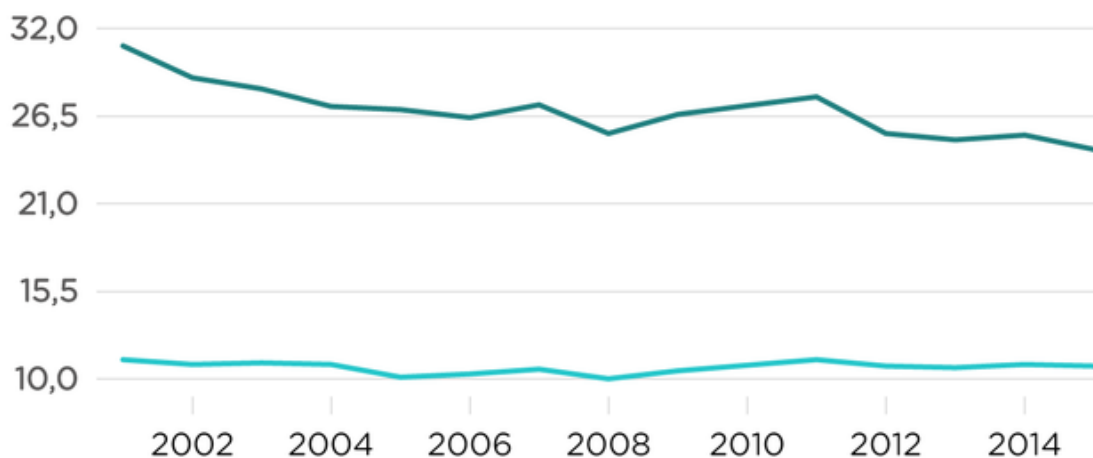
Fonte: IBGE/PNAD

NEXO

Gráfico 4 – Afazeres domésticos: média de horas semanais, Brasil, 2002 - 2014

Afazeres domésticos: média de horas semanais

■ Homens ■ Mulheres

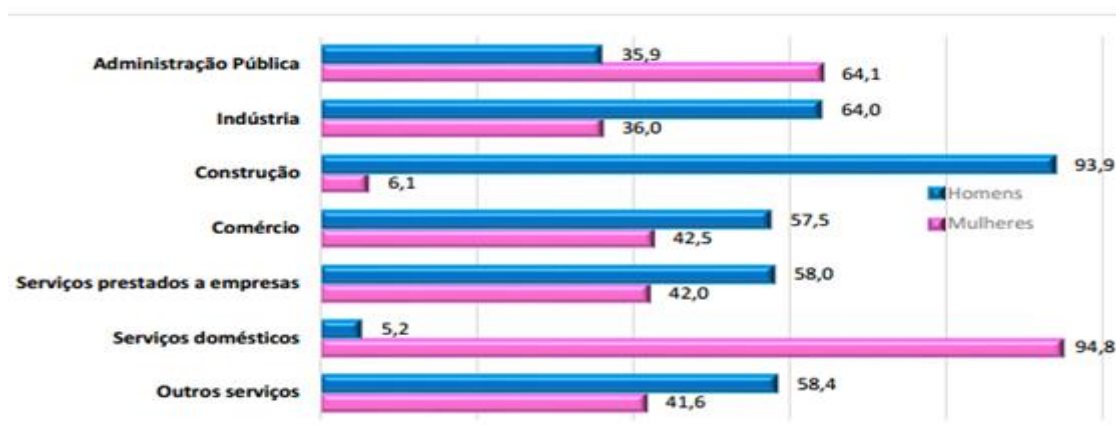


Fonte: IBGE/PNAD

NEXO

Os dois gráficos acima, os resultados apontados pelo IPEA “Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça” (2015), retratam que as mulheres trabalham em média 7,5 a mais que os homens por semana. O estudo indica ainda que em 2015 a jornada total média das mulheres era de 53,6% horas, enquanto que a dos homens era de 46,1% horas. No que diz respeito as atividades não remuneradas, 90% das mulheres declararam realizar atividades domésticas, proporção essa que se manteve intacta durante 20 anos. Importante ressaltar que mesmo que as mulheres assumam atividades remuneradas isto não as exclui das responsabilidades domésticas.

Gráfico -5 População ocupada, por tipo de atividade e gênero – Brasil, 2011



Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE – 2011 (média das estimativas mensais)

No gráfico acima podemos observar que a maioria das mulheres se inserem nos

serviços domésticos (quando comparados a outros setores, como: administração pública, comércio, indústria). Este quadro nos remete a uma realidade na qual além de trabalharem em tempo integral fora de casa, em sua grande maioria as mulheres trabalham como domésticas, e ainda realizam os afazeres do lar em suas residências.

Percebemos até então que o trabalho é figura central na vida dos indivíduos, e que ele perpassa as relações sociais de todos os seres, a realidade das mulheres trabalhadoras e chefes de família de fato se torna uma problemática, visto todos os aspectos que o envolvem. A mulher que vive que sozinha com seus filhos, tem a responsabilidade não só de prover o lar economicamente, mas também de cuidar de um contexto geral, que envolve diversos fatores. E até aqui vimos que as condições muitas vezes são precárias em relação ao trabalho e a qualidade de vida destas chefes de famílias e também de sua prole.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa percebemos o processo histórico de luta das mulheres, vimos que muitas foram as conquistas, sendo uma constante construção na qual emergem barreiras impostas por uma sociedade ainda patriarcal e pelo sistema capitalista, que oprime e discrimina o sujeito feminino.

Vimos que as relações de gênero são um tema que se encontra em constante discussão, as mulheres ganham cada vez mais espaço na sociedade, porém ainda enfrentam preconceitos por serem consideradas inferiores aos homens. Em pleno século XXI ainda não se pode ver com clareza a igualdade de gênero, a começar pelo próprio seio familiar, onde a mulher é vista como eixo principal para manutenção do lar e oscuidados com a família. Hoje conseguimos perceber que o tema de igualdade entre homens e mulheres encontra-se em maior evidencia, não podendo deixar de considerar os grandes ganhos que a luta feminista tem alcançando nesse sentido, especialmente ao refletir pontualmente sobre o sujeito feminino

A pesquisa realizada trouxe consigo dados históricos e como se deu a inserção da mulher no mercado de trabalho, onde pode-se perceber que o desenvolvimento da mulher como profissional atuante se deu de forma desigual, discriminatória e explorada, devido às péssimas condições de trabalho das mesmas. Hoje a mulher se insere cada vez mais no mundo do trabalho e também são as que mais se capacitam enquanto profissionais de nível superior, há também que se destacar que nem sempre as mulheres conseguem se inserir no mercado de trabalho, porém, de qualquer forma, as desigualdades de gênero e do sistema capitalista permanecem afetando a todas as mulheres, inclusive impossibilitando seu livre desenvolvimento.

Este processo de inserção das mulheres no mercado de trabalho traz consigo alterações nas relações familiares. Vimos que muitas foram as mudanças ocorridas na família, principalmente no modelo nuclear burguês, que hoje se depara com diversos outros arranjos. A sociedade, por sua vez, mesmo demonstrando certa resistência e preconceito frente aos novos arranjos constituídos na sociedade contemporânea começa a perceber a existência de novas configurações familiares. A mulher trabalhadora do século XXI é aquela que contribui com a renda em seu lar independente de ser casada ou não, que cuida dos filhos e dos afazeres domésticos. A família monoparental revela que o número de mulheres que sustentam seus lares não para de crescer.

A mulher chefe de família monoparental, em especial, sofre com uma dupla jornada, aliada a uma preocupação constante o sustento dos entes familiares, visto que

além de trabalharem o dia todo, após seu expediente ainda precisam cuidar do lar e filhos. Cabe aqui ressaltar que o principal desafio enfrentado por essas mulheres é a conciliação do lar com o trabalho, sem falar na dupla jornada, a mulher chega a trabalhar 7,5 vezes a mais que os homens.

Entende-se que a chefia feminina é um fenômeno em constante crescimento no país, esta nova configuração familiar ganha cada vez mais espaço, visto que as mulheres de hoje buscam cada vez mais sua independência e estão conquistando maior espaço no mercado de trabalho, porém é necessário que se tenha mais atenção a realidade destas mulheres e o enlace que as envolve no que diz respeito a chefia feminina e as relações de trabalho. Estas mulheres que nem sempre ganham bem e não conseguem prover de forma satisfatória suas famílias, sem falar na precariedade de muitos dos empregos ofertados as mulheres das classes populares, salários baixos e principalmente a problemática da dupla jornada de trabalho que todas as mulheres chefes de família enfrentam.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Cássia. “Pais, mães e filhos”, já não reinam nos lares. Rio de Janeiro. 2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/pai-mae-filhos-ja-nao-reinam-mais-nos-lares-5898477>. Acesso em: 02 de mar. 2017

ALVARES, Luciana de Castro. Famílias monoparentais femininas: um olhar sobre este arranjo familiar na cidade de Uberaba – MG. 2009 Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista - UNESP, Franca.

ALVES, Ana Elizabeth Santos. Divisão sexual do trabalho: a separação da produção do espaço reprodutivo da família. Trab. educ. saúde [online]. 2013, vol.11, n.2, pp.271-289. Disponível em: http://scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462013000200002&script=sci_abdtract&tlng=es

ALVES, Júlio Henrique Mâcedo. A evolução do nas definições de família, suas configurações e o preconceito. Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Natal 2014. Monografia (conclusão de curso).

ANDRADE, Tania. Mulheres no mercado de trabalho: onde nasce a desigualdade?. 2016

BALIANA, Lívia Karla. Monoparentalidade feminina e seus desafios: um estudo exploratória. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. 2013 Dissertação (Mestrado em Política Social)

BAYLÃO, A, L, S. SCHETTINO, E, M, O. A Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho Brasileiro. 2014

BONINI, Juliana de Oliveira Reis. NOVOS ARRANJOS FAMILIARES: DA FAMÍLIA DA IDADE MEDIEVAL À FAMÍLIA DA ATUALIDADE Conversando sobre família recomposta ou família de recasamento. Universidade Candido Mendes. Rio de Janeiro. 2009. Monografia (conclusão de curso)

CAETANO, Érika de Cássia Oliveira. A divisão do trabalho: uma análise comparativa das teorias de karl marx e emile dürkheim. [20--]. Disponível em:

<http://www2.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20060410095823.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2016.

CARDOZO, M, M, PERETTI, R, M, P. O desenvolvimento da família e a nova condição da mulher na sociedade capitalista. Paraná – Londrina. 2010.

CARLOTO, C, M. GOMES, A, G. Geração de renda: enfoque nas mulheres pobres divisão sexual do trabalho. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 105, p. 131-145, jan./mar. 2011

CARVALHO, Andressa. A família na atualidade. 2013. Disponível em: <http://meuartigo.brasescola.uol.com.br/psicologia/a-familia-na-atualidade.htm>. Acesso em: 25 jul. 2016.

CHRISTIANO, R, M. NUNES, N, R, A. A Família na Contemporaneidade: Os Desafios para o Trabalho do Serviço Social. Rio de Janeiro. Em Debate, 2013.2, nº 11, pág. 32–56

FARIA, N; NOBRE, M. Gênero e Desigualdade. Sempre Viva Organização Feminista, 1997 (V. 1 de Cadernos Sempre Viva)

GONÇALVES, D, A. VIRGILIO, J, P, P. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA FAMÍLIA. 2013. JICEX - Revista da Jornada de Iniciação Científica e de Extensão Universitária do Curso de Direito das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba.

HIRATA, H, KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. 598 Cadernos de Pesquisa, 2007. V. 37, n. 132, set/dez.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010, Famílias e domicílios. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/97/cd_2010_familias_domicilios_amostra.pdf> Acesso 14 de mar. 2017

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Estudo mostra desigualdades de gênero e raça em 20 anos. 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29526
Acesso em: 10 mar. 2017

IPEA . Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Aumenta número de mulheres chefes de família no Brasil. 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6055> . Acesso em: 15 de mar. 2017

LIMA, Juliana Domingos de. 5 fatos sobre as mulheres no Brasil, segundo este estudo do Ipea. Rio de Janeiro 2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/03/07/5-fatos-sobre-as-mulheres-no-Brasil-segundo-este-estudo-do-Ipea>> Acesso em 15 de mar. 2017

LORENSET, Laura Luiza. As novas configurações familiares na contemporaneidade. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI – Santa Rosa 2012. Monografia (conclusão de curso)

MARX, Karl. O Capital. Crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural. Livro I, Tomo I, 1985.

MEIRA, T, A, V, OLIVEIRA, D, C, SANTANA, V, C. Novos arranjos familiares: uma breve análise. 2013. Disponível em:<<http://www.efdeportes.com/efd177/novos-arranjos-familiares-uma-breve-analise.htm>> . Acesso em: 20 de fev. 2017

MENDES, Mary Alves. Mulheres chefes de família em áreas zeis: gênero, poder e trabalho. Universidade Federal de Pernambuco – UFP. 2005. Tese (Doutorado)

NETTO, J.P; BRAZ, M. Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. (biblioteca básica de serviço social;v.1)

NORONHA, M, M Soares. PARRON, S, F. A Evolução do Conceito e Família. 2015 Disponível em: <<http://www.finan.com.br/pitagoras/downloads/numero3/aevolucao-doconceito.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2016.

PEREIRA, C, M, S; SCHIMANSKI, E. FAMÍLIA, GÊNERO E NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES: UM OLHAR SOBRE A MULHER E A CONDIÇÃO DE POBREZA. Revista Magistro: 2013 (v.8, num 3)

RAGO, M. Trabalho Feminino e Sexualidade. In DEL PRIORE, M. Org. História das Mulheres no Brasil. São Paulo Contexto, 2004. (Texto 12)

PROBST, Elisiana Renata. A evolução da mulher no mercado de trabalho. Santa Catarina. 2012

SILVA, R. BOLZE, S, D, A. Diferentes configurações familiares: repercussões no desenvolvimento de crianças e adolescente. Santa Catarina. 2016

SILVEIRA, E, C. SILVA S, F, M. Chefia feminina: uma análise sobre a estrutura das famílias monoparentais femininas e a feminização da pobreza. IV Seminário CETROS Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social 29 a 31 de maio de 2013 – Fortaleza – CE – UECE – Itaperi

SOUSA, Ana Paula de. Estudo comparativo das famílias monoparentais masculinas x monoparentais femininas: a influência do genitor no desenvolvimento familiar. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de História, Direito e Serviço Social. São Paulo. 2008. Monografia (conclusão de curso)

SOUSA, L, P GUEDES, D, R. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. Estud. av. [online]. 2016, vol.30, n.87, pp.123-139. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142016.30870008>> Acesso em: 10 de dez. 2016

TERUYA, Marisa. A família na historiografia brasileira. Bases e perspectivas teóricas. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 12. Caxambú, 23-27 out. 2000. Anais... s.l.: s.n

VAZ, C, F, M. LAIMER, Rosane Terezinha. A inserção da mulher no mercado de trabalho e o surgimento da profissão secretária. 2010

VIANA, Dulcerly do Carmo Viegas Boaes. Monoparentalidade feminina - um olhar sobre os desafios enfrentados da família monoparental feminina pobre. Universidade Católica de Brasília – UCB, Brasília. 2014